



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VII — N.º 79 — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

RESPOSTA AO FASCISMO

Assume proporções imensas e comovedoras em todo o Mundo a onda de protestos suscitada pelas perseguições movidas por Salazar aos intelectuais portugueses. Pode desde já afirmar-se que a ofensiva contra a inteligência, golpe desesperado do fascismo moribundo, se vai saldar por um malogro completo. O terror policial que levou aos cárceres salazaristas alguns dos nomes mais prestigiosos da cultura portuguesa teve o mérito de chamar uma vez mais para Portugal a atenção dos homens que em toda a parte, sem distinção de nacionalidades e ideologias, lutam pela liberdade e dignidade da pessoa humana. E, assim, não é apenas para os escritores detidos que se volta a humanidade democrática. É para todas as vítimas da PIDE, num formidável impulso ao movimento internacional pela anistia. A melhor prova temo-la na série ininterrupta de apelos em favor da libertação de Manuel Rodrigues da Silva, divulgados pelas centrais sindicais de dezenas de países, representando centenas de milhões de trabalhadores. De outro lado, verifica-se que o conhecimento mais exacto hoje existente sobre os métodos do fascismo português se traduz numa mudança dos processos de luta dos que o combatem internacionalmente. A União Brasileira de Escritores dirigiu-se à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas; os intelectuais brasileiros, reunidos em São Paulo em memorável Acto Público de solidariedade aos escritores presos, aprovaram uma Declaração à Opinião Mundial em que se sugere a exclusão do Portugal de Salazar da UNESCO e da ONU; e, em Roma, Giancarlo Vigorelli, secretário da Comunidade Européia de Escritores lançou a idéia de um movi-

mento coordenado dos intelectuais de todo o mundo, a empreender através da UNESCO. Vão longe os tempos dos protestos individuais, veementes mas sem eficácia.

O papel da emigração democrática portuguesa na coordenação e realização dessa campanha mundial tem sido relevante, demonstrando que ela se vem colocando à altura das responsabilidades crescentes que lhe cabem no combate pela derrubada do fascismo. Lutas como a que ora se desenvolve obrigam cada um a pôr à prova as suas capacidades e a autenticidade das suas opções fundamentais. E a unidade, cujo maior inimigo é a inércia, sai reforçada do confronto que se produz na execução das tarefas que a transforma de formal em actuante.

No caso particular do Brasil, é reconfortante verificar que, no preciso momento em que o fascismo português realizava um esforço colossal de propaganda e captação, traduzido no lançamento de dois novos jornais e na programação de constantes viagens de parlamentares a Portugal e às colónias, o seu desmascaramento perante a opinião pública atinge proporções nunca atingidas, mercê da força irreprimível de solidariedade prestada pelas figuras exponenciais da Universidade e da Literatura aos escritores encarcerados pela PIDE. Os ecos desse impressionante movimento cobriram o Brasil inteiro num coro de fraternidade e revolta. E estão registrados nas colunas da imprensa. A derrota de Salazar foi total: o fascismo não conseguirá ocultá-la do povo português.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

Nesta Edição:

- Solidariedade aos intelectuais portugueses - Pags. 4 e 5
- Libertados Alves Redol, Alberto Ferreira e Urbano Tavares Rodrigues - Pag. 8
- Os Sindicatos Checoslovacos protestam junto da ONU contra a repressão em Portugal - Pag. 7
- Campanha Mundial pela Libertação de Manuel Rodrigues da Silva - Pag. 6
- Portugal no Conselho Mundial da Paz - Pag. 3
- Depoimento de 2 desertores do exercito colonial português - Pag. 2
- O Natal do preso politico - Pag. 4



Um aspecto da Mesa da Presidencia ao Grande Ato Público de Solidariedade aos intelectuais portugueses detidos pela PIDE, realizado no auditorio da Biblioteca Municipal de São Paulo, no dia 12 de dezembro passado. Da esquerda para a direita: o professor Florestan Fernandes (no uso da palavra), catedrático de sociologia da Universidade de São Paulo; Lorenzo Serrano, representante do governo da República Espanhola no Exílio; o professor Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pré-Historia da Universidade de São Paulo e presidente da Comissão Organizadora; e o escritor Rolando Roque da Silva.

O GENERAL DELGADO DEIXOU O BRASIL

página 8

Reflexões sobre a Unidade

A Guiné está perdida!

II

J. LOPES MENDES

Referimo-nos já aos setores sociais afetados pelo fascismo e interessados na sua queda. Restam agora ver quem realmente representa politicamente essas forças. Como caracterizar nas condições do fascismo as correntes de opinião contrárias a este, e atrá-las para o movimento unitário. Não é fácil. A dificuldade reside na natureza onipotente e terrorista do Estado Fascista e no sistema hierárquico e vertical do corporativismo, que impedem a formação e existência livres dos partidos políticos e dos sindicatos de classe.

Encontrar-nos-emos por isso ante uma sociedade isenta de antinomias?

A inexistência de partidos opositores organizados é uma das características inerentes à natureza totalitária do fascismo; mas esta circunstância não pressupõe de modo algum a inexistência das correntes opostas nem das suas fontes geradoras: as classes. Ao contrário: o fascismo ao accentuar os desníveis sociais exacerba as contradições e as lutas internas. O Estado Fascista não poderá destruir as correntes que lhe são adversas: sufoca-as através de um forte aparelho repressivo e do peso do poder estatal em bloco, do mesmo modo que a enorme massa de água de um oceano em calma não poderá extinguir as poderosas correntes submarinas mas apenas atenuar as convulsões da superfície. As correntes de opinião adversas ao fascismo não só não podem extinguir como aumentam dia a dia. E os precários meios de expressão de que dispõem aumentam também colateralmente na promoção das lutas diárias e do grau de unidade e de organização das massas.

Apesar de tudo, da censura, da PIDE, de mil restrições, da clandestinidade, essas forças subterrâneas são capazes e suficientes para proclamar, dirigir e mobilizar grandiosas ações populares, greves manifestações e até pequenos levantamentos insurreccionais, como foi soberbamente comprovado durante os 37 anos da ditadura.

A inexistência orgânica de partidos que expressem e representem o sentir dos diversos setores oposicionistas, convulsos e divididos o processo unitário mas não impede a realização da unidade nem as correntes de opinião pois os elementos distintivos e determinantes existem socialmente e são parte importante e ativa da sociedade portuguesa.

Pode dar-se o caso, no entanto, que determinados indivíduos ou grupos se comportem de uma forma que não corresponda à sua origem social. Isso nunca importa. O problema coloca-se partindo de uma base e de coeficientes sociais constantes de uma estimação global classista, e as exceções individuais não contam. A caracterização correta das correntes oposicionistas típicas têm que partir de uma base dialética, coletiva e dinâmica.

Elas são como os ramos da arvore social, distintos e idênticos entre si. Expressam subjetivamente os anseios e aspirações de uma soma de indivíduos físicos unidos e mancomunados por um elo de classe. A sua ação, a sua presença, é inconfundível; sente-se e apalpa-se por todas as partes e manifestam-se das formas mais diversas. Associações clandestinas, imprensa ilegal, proclamações, comentários rumores, boatos, estribilhos, palavras de ordem, manifestações, choques, motins, que repercutem na sociedade e formam a opinião pública. A influência destas correntes de opinião, deste refluxo coloquial e polémico do povo, reflete-se em todas as manifestações da vida coletiva, na arte, na literatura, na política, nas tertúlias de café, na linguagem, nos hábitos, nas preferências e sentimentos de uma grande parte da sociedade, apesar de todos os esforços do fascismo por as neutralizar e destruir.

E evidentemente há pessoas, elites, grupos mais ou menos numerosos, conhecidos e influentes, que são os interpretes e porta-vozes

fieis e idoneos destas correntes de opinião.

Os partidos não são outra coisa senão a cristalização extrínseca e organizada do pensamento social destas forças espontâneas. A sua existência ou não existência depende de múltiplos fatores pertencentes ou alheios a essas mesmas forças. Tanto num como noutro caso, com ou sem partidos, a marcha da evolução histórica e o processo unitário seguem o seu curso, pois ficam, como já dissemos, por de baixo, incólumes, os elementos físicos que os determinam.

Quando faltam os partidos, a diversidade de partidos opositores, são estas correntes de opinião que os substituem, dado que a vida por si mesma procura e molda as suas próprias sendas quando se lhes bloqueia o caminho natural.

A unidade anti-salazarista em Portugal só se logrará partindo destes elementos naturais convergentes, no centro dos quais, se encontra, como por milagre, o P.C.P., única força política organizada que o vendaval do fascismo não pôde aniquilar nem destruir. Partido revolucionário, disciplinado e vigoroso como a fonte que o nutre: a classe operária.

Sem ele ou contra ele a Unidade Popular em Portugal será sempre um mito. E qualquer movimento para derrubar o fascismo e instaurar um governo verdadeiramente democrático e popular que se emprenda sem o seu concurso, estará irremediavelmente condenado ao fracasso.

Estendidas as coordenadas reais falta estar os cabos e andar...

Convivência Democrática

ANTONIO BROTAS

A pergunta presente no espírito de todos os democratas: "Como derrubar o salazarismo?" reflete-se num variado número de artigos aparecidos nos órgãos de imprensa anti-salazarista analisando e discutindo os meios e formas de vencer a reação em Portugal.

O nem sempre coincidirem no seu conteúdo estes artigos e o serem mesmo divergentes nalguns pontos é por um lado devido a naturais diferenças de pontos de vista pessoais mas tem também por raiz o facto, que todos consideramos feliz, de na Oposição portuguesa unida se encontrarem forças que ideológica, política e socialmente têm linhas de orientação distintas, facto este por sua vez devido a essas forças, com mais ou menos nitidez, representarem setores distintos da população.

Estes artigos são assim muito úteis pois, por um lado, neles vamos discutindo e fazendo a aprendizagem de tarefas que temos pela frente, e por outro, eles contribuem para melhor vermos desenhadas as condições de um futuro em que teremos de agir unidos, algo mais complexo e difícil do que o simplesmente estarmos unidos.

Diante de um artigo de que discordamos, que consideramos errada numa primeira leitura, convém sempre esperar um dia calmo em que nos seja possível relê-lo fazendo um esforço para procurar entender e aceitar os pontos de vista do autor. E se, mesmo assim, mantivermos a nossa discordância, devemos procurar aceitar que o autor reflete os pontos de vista de um setor da Oposição, do qual discordamos, mas com o qual queremos agir em comum.

O atuarmos unidos exige que nos consideremos naquilo que temos de diverso e não unicamente naquilo que temos de comum. A expressão de pensamentos diferentes e a crítica mútua no seio da Oposição portuguesa é afinal a expressão da sua força, da sua vitalidade e, enfim, da sua Unidade. Face às diferenças devemos pensar que elas são naturais e mesmo necessárias, que elas fazem parte da dialética do movimento das coisas, e não devemos procurar com falso pudor e receio fugir aos problemas

Na Guiné, onde a situação militar continua a evoluir favoravelmente abs patriotas do PAIGC, o moral do exercito colonialista é cada vez mais baixo, sendo constantes as deserções. Os últimos elementos que abandonaram as fileiras para se refugiarem na vizinha República da Guiné foram o alferes miliciano Manuel José Fernandes Vaz e o sargento miliciano Fernando Fontes. Ao chegarem a Conakry, entregaram aos correspondentes da imprensa internacional a declaração conjunta que abaixo publicamos, datada de 21 de Novembro, e para a qual chamamos a atenção dos nossos leitores por se tratar de um documento que espelha bem o estado de espirito da juventude portuguesa em face da criminosa guerra colonial que lhe é imposta pelo fascismo salazarista. O documento é do seguinte teor:

"E para nós uma honra poder dirigir-vos estas palavras, em plena liberdade. Embora jovens, temos de confessar que somos velhos no que se refere a falta de liberdade, porque toda a nossa mocidade foi vivida debaixo da ditadura fascista. Compreendemos portanto o nosso prazer em poder exprimir os nossos pensamentos, a nossa opinião e a nossa experiência sem constrangimento, sem receio da repressão. É como se renascessemos para uma vida de esperanças e de certeza nos destinos do homem, de todos os homens.

Somos portugueses, patriotas e democratas. Por isso mesmo somos anti-colonialistas e, como a maioria dos soldados portugueses, como o povo português, somos contra a guerra colonial.

Nas fichas biográficas que vos foram distribuídas, teréis a ocasião de tomar conhecimento das nossas identidades e da nossa actividade no seio do exercito colonial salazarista.

Temos a certeza de que nenhum de vós nos perguntará porque foi que desertámos desse exercito. Estamos certos que qualquer de vós, nas mesmas condições, faria o mesmo. Porque estamos convencidos de que nenhum homem honesto e consciente aceita, de bom grado, fazer uma guerra injusta e irre-

mediavelmente perdida, contrária aos interesses fundamentais do seu próprio povo.

A guerra colonial salazarista na Guiné é uma guerra injusta, porque o povo desse país africano, como todos os povos da Africa e do mundo, tem o direito a auto-determinar-se e a ser livre e independente. Essa guerra está irremediavelmente perdida, porque um povo heróico, inteiramente mobilizado e organizado está de pé com armas na mão, para reconquistar a sua dignidade humana, sob uma direcção consciente e esclarecida. Essa direcção é a do P.A.I.G.C. Mas os factos valem mais do que as palavras: a guerra colonial na Guiné está perdida — e nós falamos como testemunhas e participantes — porque as derrotas já sofridas pelas forças colonialistas, o seu moral cada dia mais baixo, os conflitos internos cada dia mais agudos, só podem conduzir a uma saída: a libertação urgente do povo africano da Guiné sob a direcção da sua organização, o PAIGC. O Governo de Salazar o Estado Maior Portuguez e o Comando Militar da Guiné, os soldados e oficiais — toda a gente sabe disso.

Mas a guerra colonial salazarista é contra os interesses do nosso povo, porque desprestigia a nossa pátria cada dia mais isolada no mundo, porque conduz a nossa economia nacional ao caos, porque enfeuda cada dia mais a nossa terra ao estrangeiro, porque destrói as perspectivas prometedoras duma colaboração útil entre o nosso povo e os povos africanos, em particular com os povos das colónias portuguesas amanhã libertos do jugo colonial.

Há no entanto mais uma razão que nos levou a desertar. Nós, como jovens, queremos participar ativamente na luta que o nosso povo trava contra o fascismo colonial de Salazar contra a miséria e o sofrimento em que está mergulhada a nossa pátria. Ao lado dessa finalidade, quizermos dar uma prova concreta do nosso apoio à luta gloriosa do povo da Guiné e ao seu grande Partido, o PAIGC. Esperamos que o nosso acto sirva de exemplo e de encorajamento para todos aqueles que ainda hesitantes sonham com uma possibilidade de deserção.

Creiam, Exmos Senhores, que desertar é hoje coisa fácil e segura na Guiné, em virtude da organização eficaz e da coragem que os membros do PAIGC põem ao serviço dos soldados e oficiais portugueses que desejem deixar de servir de instrumentos inconscientes do colonialismo fascista de Salazar.

Compreendem, por certo, que não podemos dar-vos detalhes da nossa saída da Guiné. Mas podemos dizer-vos o seguinte:

A nossa deserção foi organizada e levada a efeito em estreita colaboração com o PAIGC. A sua organização, a coragem dos seus militantes e responsáveis, ao apoio fraternal do povo, devemos esta nossa situação de hoje, que nos honra e defende os interesses do nosso povo.

Queremos em particular, realçar o acolhimento fraternal, as gentilezas, o encorajamento constante de que fomos objecto da parte dos militantes e responsáveis do PAIGC, tanto na Guiné como no Senegal e na República da Guiné. Queremos manifestar o nosso agradecimento a todos esses grandes amigos, em particular ao Engenheiro Amílcar Cabral, que conhecemos em Conakry, e aos seus companheiros de luta.

Exmos Senhores: As tropas coloniais salazaristas estão batidas na Guiné e nada poderá evitar a sua derrota e a libertação desse país. Desesperados, os colonialistas portugueses tentam destruir vidas humanas e os bens materiais desse país, por meio do bombardeamento massivo das aldeias. Numa das bases do PAIGC,

assistimos a um bombardeamento, verdadeiro inferno que só uma loucura criminosa pode explicar. Muitas vidas e bens materiais foram destruídos, mas os combatentes continuam de pé, no caminho da libertação da sua pátria. Nós denunciámos perante a opinião mundial os crimes que os colonialistas do nosso país estão a cometer contra a população africana e os bens da Guiné, por meio de bombardeamentos aéreos em que o "napalm" é a arma principal.

Permitam-nos ainda que, por vosso intermédio, lancemos um apelo patriótico a todos os soldados e oficiais portugueses honestos e anti-fascistas, para que tenham a coragem de contactar os combatentes ou militantes do PAIGC, para organizarem a sua deserção. Chegou a hora de darmos a melhor prova da nossa consciência de homem e do nosso patriotismo de portugueses: devemos recusar a combater os heróicos nacionalistas da Guiné, devemos recusar-nos a morrer injustamente e inutilmente por uma causa que não é a do nosso povo e que é perdida.

Antes de terminar, endereçamos os melhores agradecimentos aos povos e às autoridades das Republicas da Guiné e do Senegal pelas facilidades que nos concederam, prestando assim um serviço inestimável ao nosso povo e ao da Guiné. Desejamos às Republicas da Guiné e do Senegal, como a todos os Estados Africanos, o melhor sucesso na construção do seu progresso".

PEQUENAS NOTÍCIAS

• A "Juventude Angolana" lançou um apelo a todas as organizações internacionais humanitárias e estudantis para que ocorram em auxílio dos refugiados angolanos, vítimas da repressão colonialista. Os donativos e correspondência devem ser remetidos à "Juventude Angolana", BOITE POSTALE, 709, Leopoldville, Republica do Congo.

• Segundo um dos últimos boletins editados pela missão em Argel do Governo Revolucionario de Angola, no Exílio, chegaram a Luanda desde junho, isto é depois da Conferência de Addis-Ababa, reforços militares portugueses calculados em 20.000 homens. O total dos efetivos das forças armadas portuguesas em Angola seria agora de 80.000 homens.

• O novo governador geral nomeado para Angola é o 5.º desde o levante de março de 1961.

• O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento continua a financiar o fascismo português. Concedeu agora ao governo português um emprestimo de 112,5 milhões de dolares para "o ajudar a preencher o deficit".

• O antigo ministro da Economia em um dos governos de Salazar, prof. Daniel Barbosa, criticou em artigo publicado no "Diário de Lisboa", de 17-63 a inclusão de Portugal na E.F.T.A., engrossando, assim, o número daqueles salazaristas ou ex-salazaristas que, como o ex-presidente Craveiro Lopes, defendem em Portugal a inclusão do país no Mercado Comum Europeu e a liberalização económica e política do regime necessária para essa inclusão.

• De tal forma o governo dos Estados Unidos estava certo da renovação antes de 31 de dezembro, do acordo com o governo português para a concessão da base militar americana nas Lages (Acores), que o Congresso americano já foi solicitado para votar uma verba de 13.500 contos (472 mil dolares ou cerca de meio bilhão de cruzeiros) para melhoramentos naquela base aérea...

• Foi publicado um decreto dando poderes ao ministro do Ultramar para fazer concessões a industrias de refinação de petróleo em Moçambique, em regime de monopólio durante 20 anos.

• A sociedade holandesa TRADEMEX estabeleceu já contactos com as autoridades portuguesas de Manica e Sofala (Moçambique) com o objetivo de proceder a investimentos de 1 milhão de contos naquela região.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Novas e comentários

O Cap. Galvão nas N. Unidas

O depoimento do capitão Henrique Galvão perante a Comissão de Tutela das Nações Unidas no dia 9 de Dezembro findo não correspondeu, segundo os relatos da imprensa internacional, à expectativa com que era aguardado. Pelo fato de ser a primeira vez que um opositor português tinha a possibilidade de se fazer ouvir na ONU, a maioria das delegações à Assembleia Geral, inclusive as africanas, estavam persuadidas de que o capitão Henrique Galvão aproveitaria o ensejo para assumir uma posição indistintamente anti-colonialista. Não foi, entretanto, o que aconteceu. Os correspondentes da imprensa europeia e americana que assistiram ao depoimento salientam em suas reportagens que o ex-governador da Huila decepcionou profundamente os delegados africanos e, de um modo geral, a própria opinião pública liberal dos Estados Unidos. Insistindo em que tanto Angola como Moçambique não reúnem as condições mínimas para se tornarem independentes nos tempos mais próximos, o capitão Galvão travou áspero debate com os membros africanos da Comissão de Tutela, tendo mesmo sido repetidas vezes advertido pelo presidente da mesma quando manifestou a sua descrença em relação à viabilidade da unidade africana e à eficácia das resoluções da Conferência de Addis-Abeba. O tom geral dos comentários é de decepção, principalmente junto das delegações da Argélia e da Guiné, que não escondem o seu arrependimento por haverem facilitado a ida do capitão Galvão à Assembleia Geral da ONU.

PORTUGAL DEMOCRATICO lamenta o tom e o conteúdo do depoimento, mas não tem motivos para se declarar surpreso. As posições do capitão Henrique Galvão sobre o problema colonial e particularmente a sua oposição ao acesso imediato à independência dos povos africanos são suficientemente conhecidas dos democratas portugueses para que outra coisa fosse de esperar que não a reafirmação das teses paternalistas e neocolonialistas do depoente.

Esse fato não impediu, contudo, às organizações democráticas portuguesas do Brasil de acompanharem com atenção, desde a primeira hora, a manobra salazarista que visava a obter a extradição do capitão Galvão logo que este pusesse pé em território norte-americano. Já em seu memorial de 25 de Novembro à XVIII sessão da Assembleia Geral da ONU, os signatários desse documento, entre os quais figurava o nosso jornal, acentuavam o direito que assistia aos democratas portugueses de se fazerem ouvir na ONU e pediam as necessárias garantias para o exercício do mesmo. E sabia-se então que o capitão Galvão ia comparecer ao conclave. Aliás, quando vieram a público, no Brasil, as primeiras notícias sobre o pedido de extradição apresentado pela ditadura portuguesa, as preocupações a que aludimos reflectiram-se em telegrama que os democratas de Recife — representados pelos profs. Ruy Luis Gomes, José Morgado e eng. Antonio Brotas — enviaram ao secretário Geral da ONU.

Embora discordando das posições anti-unitárias do capitão Henrique Galvão e das suas teses sobre a questão colonial, os democratas do Brasil, tantas vezes atacados e denunciados por aquele opositorista, tinham por legítimo o seu direito de comparecer às Nações Unidas e mantiveram-se atentos e dispostos a defendê-lo enquanto sobre a sua pessoa pairou a ameaça da extradição. P. D.

O isolamento de Salazar

A sucessão de derrotas diplomáticas do fascismo português assumiu ultimamente tal cadência que até os maiores desaires sofridos por Salazar no plano internacional acabam por passar quase des-

percebidos. Se o mês de Novembro já fóra fatídico para o colonialismo de Lisboa com a aprovação por esmagadora maioria (87 votos contra 3 e 11 abstenções), na 4.ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, do projecto de resolução africano que convocava o Conselho de Segurança e o Instava a tomar as medidas necessárias à aplicação da Resolução de 31 de Julho, o mês de Dezembro trouxe a Salazar a certeza de que nem os seus mais fieis aliados ousam já defendê-lo nos organismos internacionais.

A Resolução do C.S. de 11 de Dezembro deve, efetivamente, ter colhido o ditador fascista de surpresa. A dificuldade cada vez maior que o velho professor de Coimbra tem de acompanhar a estratégia e a tática políticas — repletas de contradições — das grandes potências imperialistas e sobretudo as esperanças que depositava no advento do presidente Johnson explicam-nos o descontentamento que experimentou em face de uma evolução do debate sobre o problema colonial português que escapou às suas previsões mais pessimistas. Merece, referência o fato de as próprias delegações africanas, havendo na sua maioria, estranhado que os Estados Unidos, a França e o Reino Unido tivessem cedido tão facilmente dos seus pontos de vista anteriores, associando-se aos demais membros do C.S. na votação da Resolução do dia 11. Esta, além de vir ratificar a de 31 de Julho, insiste na proibição do fornecimento de armas e equipamento militar a Portugal e apresenta a inovação de pedir uma imediata e incondicional anistia aos presos políticos. Houve, é certo, hesitações da parte das três grandes potências, mas acabaram por não se opor à inclusão desse discutido parágrafo no texto final. Identica foi a posição assumida pelo Brasil.

Seria, no entanto, um erro interpretar o abandono formal de Salazar pelos seus aliados da OTAN no C.S. como significando a sua real disposição de retirarem ao fascismo colonialista português o apoio que lhe vêm prestando no terreno financeiro e militar. A esse respeito não há que alimentar ilusões. Os grandes monopólios lanques, germano-ocidentais, britânicos e franceses sustentarão Salazar até ao último instante, até porque são as "facilidades" recebidas de Lisboa que lhes permitem criar nas colónias as posições que num futuro próximo serão para eles o instrumento de discussão com os futuros governos nacionais africanos. Se os governos de Londres, Paris e Washington não se sentem já em condições de enfrentar a África em defesa do moribundo colonialismo salazarista, isso não significa que do dramático isolamento diplomático de Salazar advendam consequências práticas irremediáveis para a sobrevivência do regime. Os imperialismos ocidentais, não tennamos ouvidas, opor-se-ão a concretização das recomendações do C.S. em sanções concretas e imediatas. Convm recordar que o proprio relatório do sr. U Thant, tao elogiado pela sua suposta imparcialidade, causou profunda decepção nas capitais da nova Africa e dos países socialistas, sendo definido como uma "caução ao colonialismo português" por um porta-voz do Governo Revolucionário de Angola no Exílio. De fato, ao deplorar o rompimento do dialogo que se vinha travando entre o sr. Franco Nogueira e os ministros africanos, no quadro da ONU, o secretario geral da Organização acabou por prestar um serviço a Salazar, ao deixar perdurar a confusão estabelecida pelo representante do ditador em torno do conceito de autodeterminação.

O fascismo português já não pode salvar a fachada. Está condenado pela consciência mundial e pelas mais altas assembleias internacionais. Todos o olham com desprezo. Mas não serão as humilhações e as derrotas diplomáticas que o derrubarão. Esquecer essa realidade seria imperdoável. Só o povo português, em aliança cada vez mais íntima com os patriotas africanos que lutam pela independência de Angola, da Guiné e de Moçambique poderá, pelos caminhos da insurreição popular, ser o covetor de Salazar e do seu regime de terror. M.U.R.

Portugal a venda

Não tem outro sentido — este seria até o seu título mais adequado — uma recente publicação intitulada "The Foreign Investor in Portugal" (o investidor estrangeiro em Portugal), iniciativa do Banco Português do Atlantico. Na realidade trata-se de um autentico catálogo de oferta — em edição cuidada e bom papel, como exige o gabarito do negócio — onde se fornecem ao capital estrangeiro todos os dados, condições e aplicações da mercadoria — no caso a nossa Patria — ao capital estrangeiro? Talvez seja mais correto dizer aos capitalistas estrangeiros, pois no proprio prefácio se declara que o referido manual se destina a elucidar problemas "ligados ao investimento estrangeiro em Portugal, não só nos grandes centros industriais onde o nosso Banco está estabelecido mas também nos principais pontos turísticos onde as nossas agencias locais têm canalizado e ocasionalmente financiado (o grifo é nosso), importantes investimentos diretos estrangeiros".

A enternear um completo e sistematizado conjunto de dados sobre as mais variadas operações de câmbio, transportes, comercio, circulação de capitais e mercadorias, salarios, rentabilidade industrial, custos de instalação e operação (onde se inclui o preço do solo), tributação etc., o manual oferece também alguns dados de caracter social.

Por exemplo, a população de Portugal é uma das "mais jovens" na Europa, a parte "não-laboriosa" pesa fortemente na distribuição da renda produzida pela população ativa. Não se indica qual é a importância do papel desempenhado neste fenómeno pelo desemprego involuntario e em que medida ele é agravado pela baixa rentabilidade do trabalho derivada do atraso de métodos, de equipamento e de técnica.

Ficamos sabendo ainda que nos últimos 30 anos se verificou um aumento de 150 por cento na população escolar, tendo o desenvolvimento maior ocorrido no setor do ensino tecnico e universitário, o que só pode ser considerado como positivo se esquecermos que tal acrescimo representa apenas uma taxa de aumento de 3% ao ano, num país que há 30 anos o Estado Novo ainda não tinha tido tempo "resgatar" do analfabetismo e onde o mesmo Estado "Novo" se ufana de ter realizado "uma grande campanha de alfabetização", que em anos recentes se notou uma forte tendencia de incremento do estabelecimento de ensino tecnico, desde o ensino elementar até ao altamente especializado. Todavia, o ensino universitário, talvez porque as universidades só servem para formar comunistas, como afirmava um brilhante colaborador da revista fascista "Jornal de Economia e Finanças", apresenta firme declínio, como mostra o seguinte quadro de alunos diplomados em anos letivos recentes:

	1958-59	1959-60	1960-61
Engenharia	295	243	170
Medicina	451	461	406
Agronomia	46	76	46
Todos os ramos	2.199	2.170	2.054

O catalogo não esclarece porque, sendo editado em 1963, não revela os dados relativos a 1961-62. É possível que se tenham formado ainda menos comunistas nesse ano letivo.

No nível do ensino primário, o número de alunos que completaram o curso não chegou a aumentar de 1% de 1958-59 para 1960-61, o que ficou muito aquém da taxa de crescimento da população "mais jovem da Europa", tendo mesmo diminuído de 1959-60 para o ano seguinte. Vejamos o quadro:

	1958-59	1959-60	1960-61
Ensino primario	168.734	171.809	170.358

Pelo manual editado pelo BPA podemos ainda informar aos leitores de PORTUGAL DEMOCRATICO que na área de Estarreja, área industrial vizinha da via férrea, a terra custa dez escudos por metro quadrado. S. Q.

Delegação Portuguesa no Conselho Mundial da Paz

De 23 de novembro a 2 de dezembro realizou-se em Varsóvia mais uma sessão do Conselho Mundial da Paz. Uma das intervenções mais atentamente ouvidas foi a de Mário Moutinho de Pádua, autor desse notável libelo contra o colonialismo que é Guerra em Angola. Falando em nome da delegação portuguesa ao conclave, o ex-oficial médico do Exército de Angola, depois de salientar que em Portugal a luta anti-fascista é indissociável da defesa da Paz e de ter exposto sucintamente a ação do Povo Português nesse sentido, declarou:

Portugal é hoje um membro activo da NATO. Uma base de aviação e um depósito de bombas atómicas foram instalados nas ilhas dos Açores. Em 1962 foram construídas três bases de mísseis no território português, em Coimbra Marco do Grilo e Sezimbra, e outros pontos do país instalaram-se mais de uma dezena de bases de radar, campos de aviação, etc. Salazar desespera-se e revolta-se agora contra a diminuição da tensão internacional, assegurando que é um erro e que as forças belicistas terão de lhe dar um dia razão.

Com o reaparecimento do revanchismo da Alemanha Ocidental no tablado internacional, o fascismo português pretende colocar o seu proprio povo à sua disposição sem qualquer condição. Uma nota governamental publicada recentemente explicava o porque da cedência de uma base de aviação em Beja às forças germano-ocidentais. A razão apresentada é incrível: a densidade de população da Alemanha Ocidental era superior à de Portugal. Assim, em caso de acidente haverá menos portugueses mortos que alemães ocidentais nas mesmas circunstâncias.

Tudo este furor bélico provém apenas de um fanatismo religioso. Os dois terços do capital aplicado em Portugal estão directa ou indirectamente ligados ao capital estrangeiro. A economia portuguesa assemelha-se em numerosos aspectos a uma economia neo-colonial típica. Não é por acaso que grandes bancos germano-ocidentais e franceses emprestaram... so em 1962 mais de 750 milhões de francos novos. Os impostos sobem também vertiginosamente, apesar da consagração de mais de metade do orçamento à guerra colonial. A exploração das massas trabalhadoras de Portugal é clara. O governo torna-a legal e impiedosa em proveito sobretudo dos monopólios estrangeiros e dos raros monopólios nacionais. Já não é segredo para alguém que conheça os nossos problemas que as posições coloniais são defendidas no único interesse destes monopólios que partilharam as colónias e que o fascismo defende desesperadamente e aos quais deve a vida.

Apesar dos meios de comunicação legais totalmente controlados pelo governo o povo português apercebeu-se desde o inicio do caráter da guerra colonial. Hoje, milhares de desertores ocultam-se em Portugal. Num só dia, em Tancos, 400 soldados desertaram. Antes da minha partida para Angola numerosas unidades se revoltaram. Os soldados e suas familias tiveram de ser dominadas pela força. Todos nos viamos inutilmente sacrificados, nem os oficiais ousaram conter a indisciplina geral. Em Angola, os soldados foram colocados perante um quadro de indescritível horror. Os colonos incitavam-nos a praticar as piores crueldades sob a aprovação das autoridades fascistas. Por exemplo, todas as unidades receberam ordem de cortar a cabeça aos nacionalistas, o que numerosos oficiais se recusaram a fazer.

Antes da minha deserção, fui testemunha involuntária de crimes de que jamais foram acusados os nazis. Pessoalmente, vi colonos furem cabeças de angolanos com paus e passearem-se com elas. Assisti ao transporte de dezenas de homens, mulheres e crianças destinados à tortura e à execução. Se consegui impedir alguns assassinios e brutalidades, secundado por soldados e oficiais anti-fascistas, muitos outros se passaram quase sob os meus olhos dirigidos pela sinistra policia politica, por colonos e alguns oficiais fascistas sem que pudesse intervir. Nas prisões, perto de mim, esventravam-se, cortavam-

se, queimavam-se seres humanos vivos.

Muito cedo os soldados verificaram quem estava errado. Os colonos insensibilizados pelos anos em que roubaram e escravizaram impunemente, contavam ingenuamente aos soldados as suas experiências de bandidos. Verificamos logo, incluindo os fascistas, que esta guerra era monstruosamente injusta. Os verdadeiros senhores da guerra mostravam-se mais imperceptivelmente, embora as suas ações fossem bem mais graves. Assim, as bombas napalm largamente empregues provinham a principio da NATO e mais tarde sobretudo da Africa do Sul. As armas dos paraquedistas e de muitas unidades especiais pertenciam a divisão portuguesa da NATO. Apesar dos protestos contra a repressão de tantos países, o armamento fascista melhorava, dizia-se entre os oficiais fascistas, com o auxilio da Alemanha Federal e de outros países da NATO.

O nosso povo orgulhava-se das suas ações para a paz. Como se poderia explicar que em Goa os 3 000 soldados portugueses se recusaram a combater os libertadores indianos, desobedecendo às ordens do ditador que, de resto, exigiu por telegrama expresso o seu sacrificio total? Como poderia explicar-se se não pela ação prévia dos nossos combatentes pela paz, se o nosso povo se sentisse entusiasmado pela politica dos fascistas? Centenas de milhares de portugueses vieram para as ruas nos dias 1.º e 8 de maio, 5 de outubro, 31 de janeiro, etc., em 1962 e 1963, levantando as mãos nuas contra as metralhadoras. Alguns al foram abatidos. Mas ouviu-se o grito de "Abaixo o fascismo", aliado ao de "Paz e Liberdade para Angola e Guiné". Apenas três meses depois do inicio da luta o dia em que as autoridades pretenderam consagrar à guerra os salarios dos operários, transformou-se em dia de greve nacional. Em Angola há alguns meses apenas, duas companhias de soldados recusaram-se a combater. Os oficiais fascistas mataram e fizeram dezenas de prisões. Isto para citar apenas algumas das lutas do nosso povo pela paz. A sua ação não se limita aos problemas nacionais. É um partido português clandestino que foi uma das primeiras organizações de massas do mundo a publicar e a distribuir um manifesto contra a agressão a Cuba.

Todas as atividades em favor da paz, além de torturas e da prisão perpétua através das "medidas de segurança", são agora passíveis da pena de morte para os soldados que se recusam a combater. E sublinhamos que o governo de Salazar, hipócritamente, afirma que não há guerra nas colónias.

Cremos que nenhum homem consciente dos problemas do seu século tem o direito de ignorar que o governo português é o inimigo mais feroz do nosso povo e que a força brutal, nos impediu até agora de quebrar as nossas cadeias.

Todos os grupos da oposição ao salazarismo condenaram a guerra colonial. Para nós o movimento de independência das colónias representa um fator muito importante no enfraquecimento do fascismo e assim para a libertação do povo português e instauração de um regime verdadeiramente livre e pacífico. A nossa luta e a dos povos coloniais sob a dominação do colonialismo português é convergente pois que se dirige contra uma tirania comum: o fascismo português, agente dos imperialistas.

Caros amigos, apelamos para vós para que se desenvolva mais uma vez uma campanha junto dos governos aliados ao salazarismo, com o fim de os impedir de lhe fornecerem as armas e o material que lhe permite prosseguir a guerra colonial e de sufocar a revolta do nosso povo. Pedimos ainda o vosso apoio ativo para o nosso já longo combate. Sublinhamos que seria vão e superficial querer auxiliar o movimento de libertação das colónias sem condenar o fascismo, que é por excelência colonialista, e tentar isolar o apoio aos movimentos de emancipação da denuncia e da perseguição do fascismo salazarista. E sobretudo, como portugueses e patriotas, apelamos para a vossa solidariedade ativa para com o povo português que sofre na sua carne há longos anos os malefícios de uma das mais antigas, cruéis e perfidas ditaduras do mundo.

O BRASIL SOLIDARIO COM OS INTELECTUAIS PORTUGUESES

O Ato Público de solidariedade aos intelectuais portugueses presos pela PIDE, realizado no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, na noite de 12 de Dezembro, constituiu uma impressionante manifestação de repulsa pelo fascismo salazarista. O vasto anfiteatro encheu-se a transbordar de um público em que figuravam os nomes mais expressivos da vida universitária, literária e artística de São Paulo. A comente solenidade, na sua imensa repercussão, não atraiu, contudo apenas elementos ligados à cultura, verificando-se a presença de numerosas representações sindicais. Na impossibilidade de darmos uma lista de presenças, publicamos, em outro lugar, os nomes das personalidades que integravam a Comissão Organizadora, que tão bem representava a inteligência brasileira. Cabe salientar que o Ato, além de filmado pela Televisão, mereceu a atenção das agências noticiosas internacionais que, através dos seus serviços levaram a todo o mundo a palavra da inteligência paulista solidária com os intelectuais encarcerados por Salazar

A MESA

Presidiu o prof. Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pre-História da Universidade de São Paulo. A seu lado, na mesa, tomaram lugar os profs. Florestan Fernandes e Fausto Castilho, titulares das cátedras de Sociologia e Filosofia; Cid Franco, escritor e deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo; escritora Renata Pallotini, representando a União Brasileira de Escritores; escritores Lygia Fagundes Telles e Rolando Roque da Silva; Lorenzo Serrano, representando o Governo da República Espanhola no Exílio; Jomazio Avelar, presidente do Grémio Politécnico; Olavo Celso de Moraes, diretor do Sindicato dos Bancários; Juan Vandrill, presidente do Centro Democrático Espanhol; Victor da Cunha Régo, presidente do Centro Republicano Português; e o comandante João Sarmiento Pimentel.

Aberta a sessão, o secretário Rolando Roque da Silva fez a chamada dos intelectuais presos e declarou saudada por uma comovida ovacão que os mesmos eram considerados como presentes à sessão e participantes da Mesa. Dois quadros com os nomes dos 21 presos em questão foram colocados dos dois lados da Presidência.

PROF. FLORESTAN FERNANDES

O primeiro orador da noite foi o Prof. Florestan Fernandes. Após salientar que aquela reunião de intelectuais não podia ser apenas um pretexto para discursos literários nem uma tentativa de explicação do regime de Salazar e dos motivos que levam a PIDE a aprisionar intelectuais, afirmou: "Se Salazar perde a compostura e manda prender intelectuais, isso talvez signifique que sua vitalidade está encerrada. Podemos ter a esperança de que o salazarismo chegue ao seu termo e o povo portu-

cismo não haviam conseguido calar ou dobrar aqueles que não inclinam a fronte diante da tirania nem vendem ou alugam o pensamento. Sendo Portugal, no momento, uma trincheira, urgia levar aos que nela lutam todo o apoio e solidariedade destruindo a mentira e as máscaras que o salazarismo enverga pelo mundo. Prosseguindo, o professor Florestan Fernandes abordou o problema colonial afirmando que as colónias só definirão a grandeza de Portugal no passado se a afirmarem ainda no presente. Salazar, disse, é um dos piores ditadores do mundo, escudado como se encontra por Franco e pela despolitização do povo português. E não será com protestos de solidariedade gratuita mas com a expressão viva da repulsa dos intelectuais brasileiros, traduzida numa exigência de libertação imediata dos intelectuais portugueses presos pela PIDE que o Brasil pode ajudar a derrubar um governo que usando a Polícia para fazer calar os intelectuais perde o direito de sobreviver. "Esta agonia — afirmou a concluir — está precisando de luta e por isso estamos aqui, para participar dessa luta, para que se propague o nosso grito de revolta contra mais essa arbitrariedade do governo fascista português".

TELEGRAMA AO REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

O escritor Rolando Roque da Silva leu, seguidamente, o texto do telegrama enviado ao Reitor da Universidade Clássica de Lisboa prof. Paulo Cunha:

"Interpretando o sentimento da opinião pública brasileira e dos meios universitários em particular, os signatários, todos professores da Universidade de São Paulo, pedem a V. Excia. se digne interceder junto das autoridades competentes no sentido da imediata libertação dos intelectuais portugueses presos por delito de opinião. As recentes detenções de professores universitários, que muito têm contribuído para o desprestígio da cultura portuguesa, constituem um atentado à liberdade de pensamento e à dignidade universitária que não pode passar sem protesto.

Esse o motivo que nos leva a recorrer aos bons officios de V. Excia. Atenciosamente.

O telegrama foi assinado pelos profs. Paulo Duarte, Pre-história; Florestan Fernandes, Sociologia; Ruy Coelho, Sociologia; Fausto Castilho, Filosofia; Antonio Candido, Literatura Brasileira; Oliveros Ferreira, Política; e Décio de Almeida Prado, Teatro.

COMANDANTE SARMENTO PIMENTEL

Usou, depois, da palavra o Comandante Sarmiento Pimentel. Depois de enaltecer o significado do Ato e de dizer da sua gratidão como português pela comovedora manifestação de solidariedade a que assistia, saudou Paulo Duarte como velho amigo e afirmou estar certo de interpretar a emoção de todos os emigrados democráticos, que no exílio sentiam ainda com mais força os sofrimentos do povo português. Depois de prestar homenagem aos escritores presos na pessoa de Maria Archer, ali presente, chamou a atenção dos intelectuais brasileiros para a insidiosa campanha de captação de simpatias a que se vem entregando no Brasil o fascismo salazarista, recorrendo aos processos mais repugnantes para atrair a Portugal e às colónias sucessivas levadas

parlamentares. O último dos ingredientes utilizado por Salazar para atingir os seus fins — incrível mas verdadeiro — era o "amor". Os senadores e deputados brasileiros, apesar de serem objeto de uma seleção prévia, eram sempre encaraados com desconfiança pelo ditador. Daí, para melhor os conquistar preparava-lhes viagens dignas de satrapas orientais. Além dos hotéis e dos automóveis de luxo postos à sua disposição, das recepções sumptuárias que lhes oferecia, havia agora o "amor" que lhes proporcionava de acordo com os planos pré-estabelecidos do Secretariado Nacional de Informação. Tinha provas do que afirmava. E, de longe, adivinhava a surpresa e a cólera de Salazar ao tomar conhecimento da grandiosidade do movimento de solidariedade do Brasil aos intelectuais presos. Depois de tudo o que fizera, após tantas "benedicções" não esperaria que o outro Brasil pudesse calar o côro obediente dos seus "convitados". Por que desconhecia o Brasil.

TELEGRAMA AO ITAMARATI

O secretário da mesa leu, depois, o telegrama enviado pela Comissão Organizadora ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, dr. Araújo Castro:

"Intelectuais brasileiros, reunidos em São Paulo em ato público de solidariedade aos intelectuais portugueses presos sem culpa formada pela Polícia Política do governo de Lisboa, pedem a V. Excia. se digne usar seus bons officios junto da chancelaria lusa, fazendo-lhe sentir a profundidade da emoção e da revolta causadas no Brasil por esse atentado contra a liberdade de pensamento e a dignidade humana."

O telegrama foi assinado pelo prof. Paulo Duarte, em nome da Comissão.

romantismo capaz dos mais belos feitos em nome da justiça. Em nome da liberdade. Em nome do amor.

Tem hoje para mim especial significado aquela confissão que ele me fez certa noite, quando me conduzia pelas ruas de Alfama. Em dado momento, deteve-se e deslizou a mão nervosa pelos tijolos de um velho muro num gesto de ternura. E ao mesmo tempo de posse. "Amo muito esta minha Pátria..." disse baixinho. Vi então que seus olhos estavam cheios de lágrimas. "Amo muito esta minha Pátria..."

Hoje compreendo melhor o sentido daquela sua emoção. Bem como entendo — e quanto — a frase que me escreveu numa carta que me enviou antes de ser encarcerado: "Tenho cabelos brancos, uma filha já grande e uma vontade doída de dizer tanta coisa — que nestas circunstâncias — não pude ainda dizer!".

Resta-me o consolo de saber que ele dirá ainda todas as verdades que lhe fervilham no valoroso coração, sim ele voltará a lutar na hora propícia. E chego a sorrir ao imaginá-lo pronto para recomeçar, ardoroso. Indomável como aqueles cavalos selvagens de que nos fala Arthur Miller: "Lacá-los é o mesmo que lacar um sonho".

Resta-me sim o consolo de saber que um governo que chega a cassar a palavra de homens que vivem da palavra é um governo que assinou a própria condenação".



O deputado Cid Franco durante a sua intervenção no Ato Público do dia 12 de dezembro.

CID FRANCO

No uso da palavra, o escritor e deputado Cid Franco, ex-candidato socialista ao Governo de São Paulo, principiou por declarar: "Eu não sabia de certas coisas a que se aludiu nesta sala. Eu não sabia que nessas viagens de Salazar os meus compatriotas teriam em Portugal não apenas comida e bebida mas também o "amor". Eu não sabia e mesmo que soubesse, talvez por causa do meu horror a todos os processos fascistas, não aceitaria essas viagens. Sinto-me bem aqui com o meu único amor — os meus filhos e o meu ideal libertário."

"Quero para Portugal — prosseguiu — muita coisa que temos no Brasil. A possibilidade de entrar na Biblioteca Pública e dizer as coisas que estou dizendo. Esta possibilidade de escrever um livro prefaciado por um sacerdote. Em Portugal ele e eu estaríamos presos. Esse padre magro, ascético, revoltado, rebelde, inimigo de todos os ismos que se aproximam do salazarismo — Aloisio Guerra. Quero para Portugal as liberdades que existem nesta semi-democracia de banqueiros, industriais, fazendeiros. Portugal nem isso tem. E não quero para Portugal apenas isso".

Os Intelectuais presos pela PIDE:

- Alberto Ferreira, escritor;
- Alexandre Cabral, escritor;
- Alves Redol, escritor;
- Urbano Tavares Rodrigues, professor universitário, escritor e jornalista;
- Dias Amado, prof. universitário;
- Gaspar Teixeira, professor universitário;
- Ernesto de Sousa, cineasta;
- Manuel de Oliveira, cineasta (libertado na véspera do Ato Público);
- Vasco Granja, cineasta;
- Carlos Araújo, professor e dirigente cineclubista;
- Duarte Turras, advogado;
- Mário Cal Brandão, advogado;
- Mário Jorge Pruxelas, arquiteto;
- Fernando Rodrigues, médico;
- Ruy Branco, médico;
- Areosa Feio, engenheiro;
- Armando Viana da Rocha, engenheiro;
- Arnaldo Aboim, engenheiro;
- Arandes, engenheiro;
- Frederico Mirão, engenheiro;
- Mala Rebelo, engenheiro;
- Fortela Santos, engenheiro.

LYGIA FAGUNDES TELES

Falou, a seguir, Lygia Fagundes Teles que pronunciou, profundamente comovida, as seguintes palavras:

"Não sou política. Não pertencço a qualquer partido político. Sou uma contadora de histórias e nessa qualidade aqui venho lançar o meu protesto contra a prisão de intelectuais portugueses. Lançar meu protesto contra a prisão principalmente de um intelectual português: Urbano Tavares Rodrigues, meu querido camarada de letras, contador de histórias como eu, um irmão de além-mar.

Neste "mezzo dell camino" cheguei à conclusão de que a maior das virtudes é a coragem. O medo é o gerador da vida infeliz. Gerador da arte infeliz. Urbano Tavares Rodrigues simboliza para mim a coragem, essa esplêndida, essa maravilhosa coragem que toca às vezes a raiz do romantismo. Desse

"Quero para Portugal — disse ao concluir — a democracia verdadeira e completa. E ela não existirá enquanto as relações humanas forem dominadas por deputados e banqueiros ou banqueiros deputados ou deputados banqueiros, que vem a dar no mesmo. Em todas as partes do mundo podem existir indivíduos como Franco e Salazar para que se deseje a sua queda e o povo não sofra como milhões de homens sofrem no Nordeste brasileiro.

Foi, depois, lida e aprovada por aclamação a Declaração à Opinião Pública Mundial que publicamos em outro lugar.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Publicamos abaixo algumas passagens da intervenção seguinte, a cargo do nosso companheiro Miguel Urbano Rodrigues.

"Sou irmão de um dos presos: Urbano Tavares Rodrigues. Foi sempre para mim algo de mais importante do que irmão: um amigo; o meu maior amigo. É a antítese do intelectual habituado a lutar clandestinamente, do revolucionário eficiente e frio. É um Byron capaz de morrer defendendo as muralhas de uma nova Missonlonghi. As ideologias, os problemas concretos da ação revolucionária só o interessam na medida em que lhe surgem como responsabilidades engendradas pela marcha inexorável da luta. O que o fascina é a metafísica da ação revolucionária, a aventura humana, a permanente "remise en question" do homem perdido num planeta que não parece feito para a sua dimensão. É um poeta da Revolução. Comprometendo-se como escritor cumpre o seu destino de homem. Adivinho-o na prisão, meditando sobre um mundo do qual tem uma concepção lírica, marcada pela necessidade heróica da rebeldia contra o inelutável e pela angustia decorrente da onipresença da morte.

Reli, há dias, uma novela sua: a história da prisão de um intelectual que é submetido a intermináveis interrogatórios pela Polícia Política que, finalmente, o espanca e tortura. A ação decorre na América Central, mas em Portugal nenhum leitor se iludiu sobre o nome dessa polícia imaginária. O desfecho é a vitória sobre o medo, a vitória do espírito sobre a carne, a vitória da inteligência e da dignidade sobre a covardia e a força bruta, a vitória de um patriota sobre a PIDE!"

Para nós, emigrados, é reconfortante acompanhar a maré de revolta levantada no Brasil pela ofensiva fascista contra a inteligência portuguesa. Mas isso de nenhum modo nos pode fazer esquecer que há outros presos que as imundas enxovias da PIDE estão cheias de patriotas de nomes menos ilustres mas igualmente dignos de nosso apreço, da nossa solidariedade. É um dever lembrar neste momento essa massa de ignorados combatentes da liberdade, como é um dever lembrar aqueles que ao longo de três décadas pereceram nos campos de morte do fascismo português, no Tarrafal, em Angola, em Timor.

Não se sacrificaram em vão esses patriotas. A vida também nasce da morte. Materialista que sou, acredito na fraternidade, na solidariedade entre os homens. É a única coisa que justifica a nossa breve passagem. Por isso estamos aqui em São Paulo, esta noite neste auditório. Por isso, neste momento o meu pensamento se volta para um preso que simboliza a pertinácia, o heroísmo, a dignidade e a esperança do meu povo. Esta doente atacado pela paralisia, reduzido a pouco mais do que um monte de pele e ossos. Mas nunca fraguejou jamais se submeteu em 24 anos de prisão. Refiro-me ao dirigente operário Manoel Rodrigues da Silva.

Vou terminar. Falé-vos há pouco da lucidez dos intelectuais do meu País. Mentiria se vos dissesse que ela data de muitos anos. O fascismo deixou por todo o lado as suas marcas. Houve tempo em que a maioria dos intelectuais de raiz burguesa preferia refugiar-se num esteticismo estéril e comodo a olhar



Lygia Fagundes Teles no uso da palavra.

guês possa encontrar o regime democrático". Um governo que persegue e enclosura poetas, escritores e pensadores está próximo do fim. Abria-se, portanto, o caminho da esperança por onde Portugal seguiria ao encontro das Nações Livres do Mundo. A rebeldia da Universidade, a sua recusa a deixar-se domesticar era um sinal magnífico. Dezenas de anos de fas-

A EDIT colocand Dezembro

de frente alienados homens tom-se rianos.

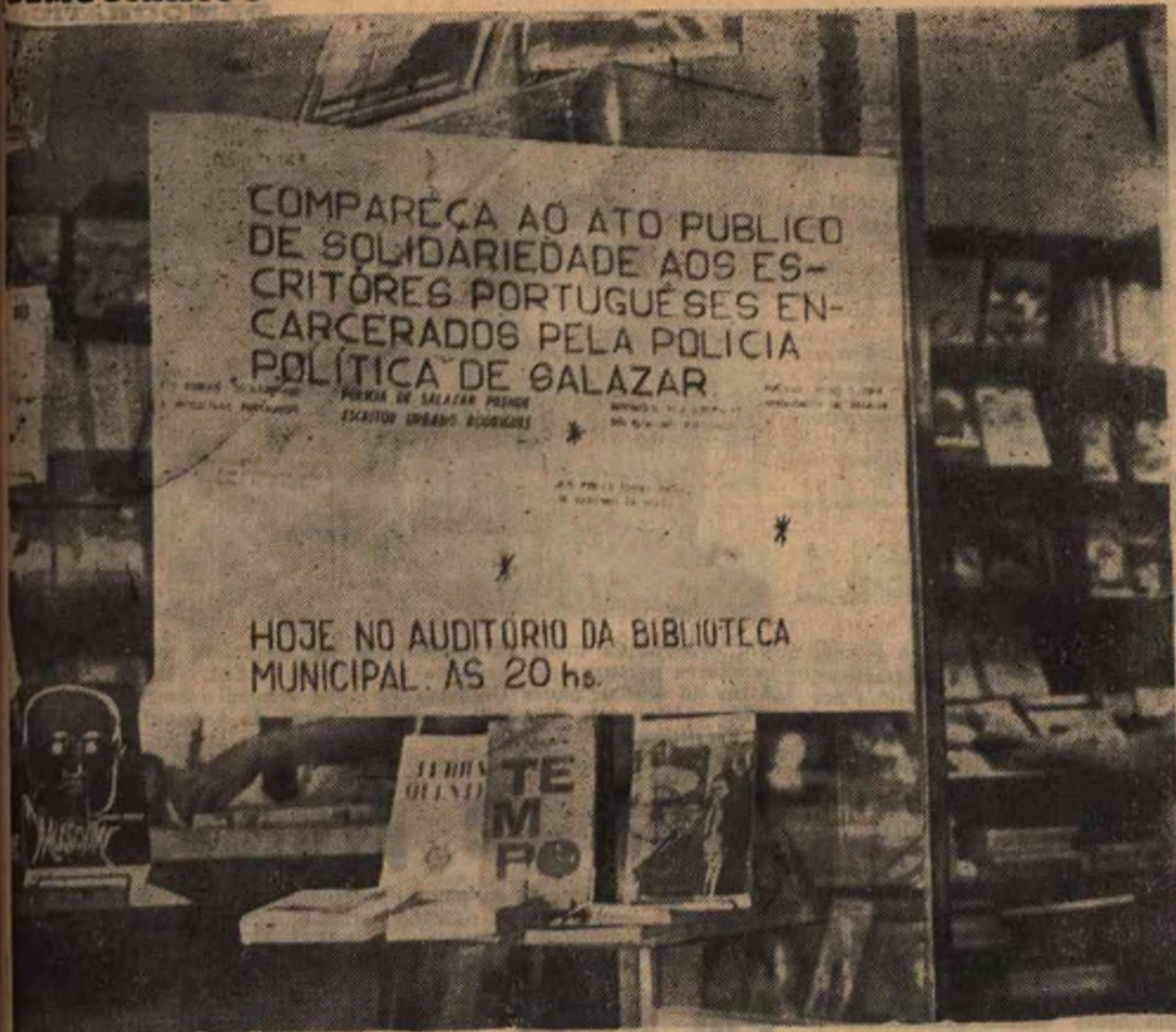
Muitos clonários lírica da um dos transformammas. i. no nece lucidez. lina a in as no insurrei nelas o nária. C lotje en Paris e: povo de mantism Marcha canos e roso de da Argo mo dos Maestra oprimid Amigu E' ins de que drugadr transfo to tem zar cali operári estudar ciais tuais bado p nal. pc Outra no séc ção bu nidade dições

con tug tu

blie pes cor pre Na Int do inc

niz ao tór Ca Co Re se sa

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**



A EDITORA BRASILIENSE, do escritor Calo Prado Junior associou-se ao movimento de solidariedade, colocando na vitrina de sua Livraria um grande cartaz anunciando o Ato Público da noite de 12 de Dezembro. Ao lado dos recortes da imprensa brasileira protestando contra as prisões viam-se expostas obras dos escritores presos pela PIDE.

de frente a realidade. Hoje não. Os alienados de ontem tornaram-se homens comprometidos. Amon-taam-se agora nos cárceres salazarianos.

Muitos, não o ignoro, são revolucionários românticos. Mas na dialética da História o romantismo é um dos ingredientes das grandes transformações das sociedades humanas. Há certo tipo de romantismo necessário e que não exclui a lucidez. É o romantismo que vitaliza a iniciativa histórica das massas no rio caudaloso das grandes insurreições populares, ao acender nelas o entusiasmo da fé revolucionária. O romantismo dos sans culottes em 1789 e dos operários de Paris em 1870, o romantismo do povo de Petrogrado em 1917, o romantismo dos chineses da Grande Marcha, o romantismo dos mexicanos em 1963, o romantismo doloroso de todos os povos coloniais, da Argélia a Angola, o romantismo dos heróis puros da Sierra Maestra, o romantismo de todos os oprimidos e espoliados.

Amigos, companheiros;

É inabalável a minha convicção de que o povo português vive a madrugada de uma era de profundas transformações. O amadurecimento tem sido lento mas firme. Salazar cairá, será derrubado! Pelos operários, pelos camponeses, pelos estudantes, pelos soldados e oficiais democráticos, pelos intelectuais revolucionários. Será derrubado por um levantamento nacional, por uma insurreição popular.

Outro realizamos na Europa, no século XIV a primeira revolução burguesa da história da humanidade criando mercê dela as condições que nos haviam de permiti-

ti a Descoberta dos caminhos do Mundo. Amanhã, na alvorada da longa noite fascista, eu acredito — e acredito com toda a força dos homens que acreditam no Homem

A Comissão Organizadora:

Professores Paulo Duarte, presidente; Antonio Cândido Antonio Soares Amora, Fausto Castilho, Mário Pedrosa, Ruy Coelho, Florestan Fernandes, Oliveira Ferreira, Décio de Almeida Prado; e escritores Sergio Millet, Calo Prado Junior, Luis Martins, Geraldo Ferraz, Paulo E. Sales Gomes, Sabato Magaldi, Cid Franco, Lívio Xavier, Ligia Fagundes Telles, Helena Silveira, Hilda Hilst, Lupe Cotrin Garaude, Dacio de Arruda Campos e Rolando Roque da Silva.

— que Portugal realizará uma grande Revolução. Será uma Revolução de que não seremos nós, Portugueses, os únicos a orgulhar-nos. Também vós, e quantos, no Brasil e no Mundo, lutam pela dignidade e pela liberdade do Homem, pela Cultura, pelo Progresso e pela Paz.

OUTROS ORADORES

Usaram ainda da palavra, em breves intervenções, os srs. Vitor Cunha Régio, que discorreu sobre o problema da insurreição popular

Declaração á opinião pública mundial

Intelectuais brasileiros reunidos em São Paulo protestaram contra prisões arbitrarias que vêm sendo feitas pela ditadura portuguesa de intelectuais portugueses só pelo fato de serem intelectuais e pretenderem pensar sem dar satisfações á Polícia.

Não é possível, num momento como este em que a opinião pública mundial se agita na defesa das prerrogativas essenciais da pessoa, possa ainda em países da Europa atentar-se impunemente contra a dignidade humana. Não é possível possam conservar representantes junto á O.N.U., a quem cabe preservar a honra das Nações, e junto á UNESCO, a quem cabe preservar os postulados da inteligência, países que mantenham contra os homens e as coisas do espírito um clima policial necessário á permanência de regimes incompatíveis com a liberdade e os direitos do homem.

São Paulo, 12 de dezembro de 1963

Esta Declaração foi assinada pelos membros da Comissão Organizadora e entre outras pelas seguintes personalidades presentes ao Ato Público: Renata Pallotini, pela União Brasileira dos Escritores; escritores Rossini Camargo Guarneri e Moisés Vinhos; editor Calo Graco Prado; prof. Samuel Pessoa; escritor Antonio Costa Corrêa; Jomásio Avelar, pelo Gremio Politecnico; Odila Dudus, Roberto Pimentel e Paulo da Silveira Santos; e ainda por representantes de numerosas entidades estudantis. As agências noticiosas deram divulgação internacional ao documento.

para a derrubada do fascismo e fez um apelo a todos os brasileiros para que nas horas decisivas que se aproximam não faltem com o seu apoio ao povo de Portugal; Lorenzo Serrano, que manifestou a sua solidariedade aos intelectuais presos como representante do Governo da República Espanhola no Exílio e como cineasta; Paulo Matoso, que como angolano, se associou ao Acto e condenou veementemente o fascismo e o colonialismo salazaristas; e Jomásio Avelar, que trouxe a palavra dos estudantes brasileiros.

Entre os telegramas e cartas lidos ao expediente figuravam mensagens do Centro Académico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da organização política espanhola assinada esta por alguns emigrados que participaram da captura do "Santa Maria" em janeiro de 1961.

PAULO DUARTE

Por último falou o presidente da Comissão Organizadora, prof. Paulo Duarte. O seu discurso, brilhante peça oratória que a assistência, no final, aplaudiu longamente, de pé, constituiu um veemente libelo contra o fascismo salazarista, que ora encarcera nas masmorras da PIDE os "derradeiros guardiães do espírito de Camões e de Herculano".

Demonstrando sempre um profundo conhecimento da história e da cultura portuguesa e muito particularmente dos acontecimentos que precederam a tomada do poder por Salazar e da ditadura que se seguiu ao golpe fascista do 28 de maio, Paulo Duarte, exprimindo-se como brasileiro que se sente também orgulhosamente português narrou, em dado momento, episódios vividos durante o seu exílio em Portugal.

Um ensaio sociológico de sua autoria sob o título "Culinária" teve a circulação proibida em Portugal, por motivos que permaneceram misteriosos para ele, autor, até que lhe foi dada oportunidade de ler os seguintes versos de Fernando Pessoa sobre Oliveira Salazar: "Tiraninho — que não bebe vinho — nem sequer sozinho". Lembrou-se então o escritor que no seu ensaio, "Culinária", havia a frase: "Os grandes despotas não gostavam de vinho. Se gostassem, não seriam despotas". Ora, eu escrevera — disse — sem segunda intenção. E demais, referia-me aos tiranos sinistros, e não aos tiranos ridiculos".

O problema das perseguições aos democratas portugueses movidas por Salazar mereceu particular atenção do orador, que denunciou e condenou, alargando-se em pormenores a respeito, a política de repressão fascista a qual tem levado milhares de patriotas aos cárceres da PIDE. A atual campanha contra os intelectuais devia ser encarada como uma fase mais, a fase

do desespero, dessa política de ódio á liberdade, á dignidade e á inteligência.

Salazar e os que implantaram o Estado Novo — afirmou o orador, confundiram a agitação mental do Portugal republicano, com a desordem, e implantaram então "a ordem dos cemitérios". E prosseguiu:

"Desde 1926 Portugal voltou a Da Maria I, uma Da Maria I menos louca, talvez, porém mais soturna,

em busca permanente de inspirações novas para um processo mais rápido de estrangulamento da dignidade humana".

Ora sarcástico, ora contundente, Paulo Duarte concluiu o seu notável discurso afirmando entre aplausos vibrantes:

"Há dois Portugais: o nosso, dos portugueses e dos brasileiros livres, e os dos sindicatos de escola-pobres da PIDE e do Tarrafal: o Portugal de Salazar".

Onda de protestos em todo o Brasil

A indignação causada em todo o Brasil pela vaga de terror policial que atinge neste momento os intelectuais portugueses principiou a manifestar-se logo após as prisões de Alves Redol, Alexandre Cabral e Alberto Ferreira. Foi, entretanto, nos primeiros dias de dezembro, ao saber-se que haviam sido detidos o escritor e professor Urbano Tavares Rodrigues e o cineasta Manuel de Oliveira, ambos muito conhecidos no Brasil, que o movimento de solidariedade ganhou a comovente amplitude que veio a assumir. Na impossibilidade de fazermos referencia ás dezenas de protestos e mensagens tornados publicos transcrevemos abaixo alguns dos principais documentos divulgados pela imprensa.

O PRIMEIRO PROTESTO

Artistas e intelectuais de São Paulo endereçaram ao sr. Americo Tomaz o primeiro desses protestos, enviando-lhe o seguinte telegrama: "As consecutivas prisões de escritores portugueses causam profunda indignação nos meios intelectuais brasileiros, particularmente a de Urbano Tavares Rodrigues, romancista, critico e professor muito estimado no Brasil. Os signatários, interpretando o sentimento dos artistas e escritores paulistas pedem a V. Exa. a imediata libertação dos intelectuais arbitrariamente detidos — a) Ligia Fagundes Telles, Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Ignacio de Loyola, David Auerbach, Carlos Alberto Sousa Barros, Edison Rodrigues, Chaves, Arassary de Oliveira, Juca de Oliveira, Flavio Imperio, Bráulio Pedrosa, Maurício Rittner, Ruben Bifara, Hilde Weber, Joao Marshner, Decio de Almeida Prado, Rubens Rodrigues dos Santos, Delmiro Gonçalves, Sady Scalante, Lima Barreto, Luis R. Salinas, Sabato Magaldi".

DE ESTUDANTES

Nos meios estudantis de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Recife foi particularmente viva a reação ao terror policial desencadeado contra os intelectuais. Eis um exemplo, através do manifesto divulgado em São Paulo pelo Gremio Politecnico: "O Gremio Politecnico vem a publico manifestar sua repulsa ante mais um vergonhoso ato da ditadura fascista de Salazar. Desta vez, como se já não bastassem as violências praticadas pela policia contra estudantes, operarios e camponeses, todos aqueles que, enfim, patrioticamente em Portugal se opõem, por todas as formas ao seu alcance, á ditadura de Salazar, entendeu o governo mandar prender cinco dos mais representativos expoentes da intelectualidade lusa que, com o brilho da sua intelligencia não só honram a cultura portuguesa como também os altos ideais patrióticos e de libertação daquele povo: Alves Redol, Vasco Granja, Alexandre Cabral, Alberto Ferreira e Urbano Tavares Rodrigues, este um talentoso professor universitario, outrora leitor na Sorbonne e que já esteve entre nós, em São Paulo, onde deixou indeléveis amizades. Oremos nós, estudantes que este ato ditatorial vem mostrar aos olhos do mundo o desespero do governo, frente á crescente tomada de posição por parte de elementos representativos de todas as camadas do povo irmão contra a ditadura que o infelicia há mais de trinta e sete anos" — Jomásio Avelar, presidente do Gremio Politecnico.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

O movimento de solidariedade não se limitou, nas colunas da imprensa á publicação de mensagens e protestos. Numerosos jornais publicaram artigos dedicados aos escritores presos, tendo "Última Hora" divulgado uma ampla resenha bibliográfica de Urbano Tavares Rodrigues. Os escritores Luis Martins, Armindo Blanco e Vitor da Cunha Rego ocuparam-se das prisões nas respectivas colunas, contribuindo com seus artigos para que o problema sensibilizasse ainda mais uma opinião pública já de si receptiva.

O jornal "O Estado de S. Paulo" prestou homenagem aos intelectuais detidos publicando numa página do seu Suplemento Literário de 21 de Dezembro trabalhos literários de quatro dos escritores presos: Alberto Ferreira, Alexandre Cabral, Alves Redol e Urbano Tavares Rodrigues.

A "Tribuna", de Santos, procedeu de modo identico, inserindo numa das suas paginas literárias o texto integral de um conto de Urbano Tavares Rodrigues, "A prova dos nove".

Por sua vez, a Editora Brasiliense, de Calo Prado Junior, colocou a vitrina da sua livraria á disposição da Comissão Organizadora, anunciando o Ato Público do dia

DE PROFESSORES UNIVERSITARIOS

Nos meios universitarios a repulsa alcançou grandes proporções. Um dos protestos mais expressivos,

(Conclui na Página 6)

Pela amnistia e contra a repressão

SOLIDARIEDADE A MANUEL RODRIGUES DA SILVA

Correspondendo a um apelo do Secretariado da Federação Sindical Mundial, dezenas de centrais e entidades sindicais de todo o mundo veem-se manifestando contra a prisão do dirigente operário português Manuel Rodrigues da Silva — encarcerado há 23 anos — exigindo do governo fascista português a sua imediata libertação. Publicamos abaixo alguns dos mais expressivos protestos ultimamente divulgados a respeito, a maior parte tornados públicos por ocasião da recente Conferência Sindical de Leipzig, na República Democrática Alemã.

BRASIL

A permanência de Manuel Rodrigues da Silva no cárcere, onde se encontra há mais de 23 anos, contraria o que de mais válido Portugal legou à gente brasileira: a tolerância e o sentimento profundo de humanidade.

É em nome desse legado e portanto das mais legítimas tradições do povo português que protestamos contra o regime retrógrado e inquisitorial de Oliveira Salazar e nos solidarizamos com a exortação do V Congresso da Federação Sindical Mundial, certos de que as vozes unidas dos trabalhadores e pessoas progressistas de todo o mundo quebrarão os grilhões dos presos políticos portugueses e recolocarão aquele grande país a que tanto deve a Humanidade e particularmente o Brasil, no caminho da sua vocação histórica, no caminho da Liberdade e da Paz.

Leipzig, 28 de Novembro de 1963
A. Ferreira — Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito — (CONTEC), e vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) do Brasil.

CHILE

“A Central Unica de Trabalhadores do Chile, conseqüente com os seus líderes sindicais e com a defesa dos interesses das maiorias nacionais, protesta contra a ação do governo português, de manter na prisão o companheiro Manuel Rodrigues da Silva, que não cometeu crime algum ao defender as liberdades sindicais e os direitos do seu povo; protesta porque em nome da democracia e da liberdade atua-se de forma antidemocrática e antilibertária. Ao mesmo tempo, garante que defenderá com todas as suas armas as liberdades e democracias e repudia todo o ato pseudo legal constituído de repressão ou violência; solidariza-se com todos os companheiros que, como Manuel Rodrigues da Silva, sofrem perseguições e tenham perdido as suas liberdades e direitos, consagrados em todas as legislações através do mundo de 1963.”

Rafael Bravo, Isidoro Godoy (Presidente da Comissão Temporária do Comitê).

FRANÇA

“O fascismo é por essência, a negação da pessoa humana, a base do aviltamento moral e da ignorância (obscurantismo) do povo. O fascismo de Salazar em Portugal é de tudo isto uma das provas mais odiosas. Milhares de patriotas estão na prisão, alguns há mais de 20 anos. Entre eles, Manuel Rodrigues da Silva, corajoso militante sindical contando mais de 23 anos de cárcere e neste momento perigosamente doente, é o símbolo da luta da valente e heróica classe operária portuguesa que se bate pelo restabelecimento da democracia.

Afirmamos o nosso apoio integral ao apelo da FSM que chama todos os sindicatos e trabalhadores do mundo a exigir a libertação de Manuel Rodrigues e de todos os patriotas. Declaramo-nos solidários com a luta do povo português para terminar o regime fascista de Salazar, impôr o restabelecimento das liberdades sindicais e democráticas e recolocar a sua pátria no meio das Nações democráticas.”

Livio Mascarello, secretário da CGT; Léon Delfosse, secretário-geral da Federação do Sub-Solo (mineiro), CGT.

ITALIA

A delegação da CGIL à Conferência Sindical de Leipzig, une a sua voz à de todos os democratas, para condenar o regime fascista de Portugal, que há vinte e três anos mantém na prisão o combatente anti-fascista Manuel Rodrigues da Silva. A luta para a libertação de Manuel da Silva e toda a luta anti-fascista portuguesa é considerada pelo povo italiano como parte integrante da luta comum dos trabalhadores italianos e dos outros países europeus pela democracia e

contra as tendências anti-democráticas e autoritárias existentes na Europa ocidental.”
U. R. S. S.

“A delegação sindical soviética que participa nos trabalhos do Comité Sindical Mundial de Consulta e Unidade de Ação contra a ofensiva dos monopólios, efetuados na República Democrática Alemã ergue um protesto enérgico contra a política terrorista praticada pelo governo salazarista contra os combatentes corajosos em luta pela democracia.

Expressamos a nossa indignação contra o fato de que o camarada Manuel Rodrigues da Silva, operário metalúrgico e militante sindical, cuja saúde se agrava dia a dia, permanece há 23 anos na prisão.

A delegação sindical soviética manifesta a sua inteira solidariedade com a luta dos trabalhadores e do povo de Portugal para a anistia em todos os termos políticos assim como para todas as liberdades democráticas e direitos sindicais dos trabalhadores portugueses e exige a libertação imediata de Manuel Rodrigues da Silva cuja saúde está em perigo.

V. Podzenko, L. Mimaev e L. Kouchkova”.

Uma campanha dos estudantes Ingleses

Em Inglaterra, a National Association of Labour Student Organizations (Associação Nacional das Organizações Estudantis Trabalhadoras) e a Union of Liberal Students (União dos Estudantes Liberais) deram início a uma tentativa combinada para promover a liberdade em Portugal e seus territórios.

As duas entidades, que iniciaram a campanha com um comício em Londres, têm como objetivo principal a liberdade para os estudantes em Portugal, mas visam também o regime totalitário de Salazar.

Acreditam que o dr. Salazar é sensível às pressões do exterior e pedem ao Governo Britânico para cessar todos os embarques de armas para Portugal, para tentar persuadir outros governos a tomar a mesma atitude, e para deixar de dar apoio moral a Portugal nas Nações Unidas e em toda a parte. (Sir Alec Douglas-Home, quando Secretário do Exterior, visitou oficialmente Portugal).

A campanha defenderá eleições livres e democráticas em Portugal; liberdade de imprensa e liberdade de associação; o fim das prisões arbitrárias, da detenção sem julgamento e da tortura; uma anistia para todos os presos políticos; o fim da guerra de Angola; e a autodeterminação para todas as colônias portuguesas.

No Trades Council de Bristol

Na reunião mensal de Novembro do Trades Council de Bristol, um operário português fez uma circunstanciada exposição sobre a situação política em Portugal, informando devidamente os sindicatos da região ocidental da Grã-Bretanha, sobre o caráter da repressão e da guerra colonial.

Referindo-se especificamente ao problema dos investimentos estrangeiros, que vêm acelerando o domínio imperialista sobre Portugal, o orador afirmou, citando o ex-ministro britânico do Comércio, J. Erroll, que até março de 1962, o capital inglês investido em Portugal ascendia já a 90 milhões de libras (7.200.000 contos) enquanto os Estados Unidos, a França, a Alemanha Ocidental e o Japão, em empréstimos e investimentos diretos, haviam enviado para Portugal cerca de 12 milhões de contos desde 1961.

Impressionados pelas revelações ouvidas, 38 delegados sindicais presentes assinaram, no final um protesto dirigido ao Embaixador de Salazar em Londres redigido nos seguintes termos:

“Deixam-nos imensamente preocupados as notícias da recente leva de prisões de democratas portu-

gueses de diversa condição social e ideologia política. Isto apenas dá evidência à continuada repressão a que o Governo Português submete o Povo de Portugal, em absoluto desrespeito pelos direitos humanos mais elementares.

Protestamos vigorosamente contra a perseguição política de democratas portugueses e exigimos a libertação de todos os presos políticos portugueses.”

O preço da oposição

O Comité Britânico para a Anistia em Portugal acaba de publicar, sob o título “Portugal: The Price of Opposition”, um interessante opúsculo da autoria de Mrs. Helen Ward dedicado à análise da repressão em Portugal.

Mrs. Ward esteve anteriormente em Portugal onde entrevistou ex-prisioneiros políticos, advogados e famílias de prisioneiros ainda detidos e participou na Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses como Secretária do referido Comité.

Iniciando o seu trabalho com uma breve síntese das condições sociais vigentes em Portugal, da negação dos direitos civis através da fraude eleitoral, da intimidação, da discriminação política e dos processos burocráticos e policiais de controle da vida de cada cidadão, Mrs. Ward passa à exposição, em capítulos rápidos mas cheios de objetividade, dos pretextos das forças e das formas da repressão, das arbitrariedades cometidas pelos tribunais políticos e das condições prisionais, terminando com uma réplica a Lord Russel de Liverpool a propósito de uma série de artigos publicados por este na imprensa londrina em que eram totalmente desfigurados, por omissões e deturpações, os fatos relativos à repressão política em nosso País.

Vale a pena realçar ainda as seguintes palavras de Mrs. Ward contidas na advertência final da sua obra: “Quanto maior for a pressão da opinião pública, tanto sobre as autoridades portuguesas, como sobre o governo Britânico para retirar o seu apoio a Portugal, quer na NATO quer nas Nações Unidas, mais cedo o povo português poderá usufruir de direitos democráticos tal como existem em nosso país. Então, e só então, o povo português poderá considerar os ingleses como verdadeiramente os seus mais velhos aliados”.

A referida publicação, ao preço de 1 sh., poderá ser fornecida aos interessados por intermédio do “British Committee for Portuguese Amnesty”, 30 Benson Road, Londres, SE 23.

A PIDE tortura Blanqui Teixeira

Eis um trecho da carta que o Coronel Luiz Augusto Blanqui Teixeira dirigiu ao presidente da República após ter visitado, na prisão, o seu filho Fernando Blanqui Teixeira:

“Pelo que me foi dado ver e saber, o meu filho foi submetido a espantosa tortura da privação do sono durante 13 dias consecutivos. Como resultado desse cruel tratamento, perdeu 10 quilos de peso. É visível o seu estado de esgotamento, tem dificuldade em falar, custa-lhe a suportar o mais leve ruído e só com grande esforço pode erguer a cabeça... Está confinado a uma célula que praticamente lhe impede os movimentos e não lhe é autorizada qualquer leitura”.

A referida visita só foi autorizada após 18 dias de insistência do coronel Blanqui Teixeira junto da Pide e das autoridades prisionais.

JUSTIÇA DE SALAZAR

No dia 11 do passado mês de Dezembro realizou-se no Plenário do Porto o julgamento de Artur Cardoso dos Santos Oliveira, agente comercial, de Oliveira do Douro, acusado de exercer “atividades subversivas”.

A sentença condenou aquele patriota em sete meses de prisão, atendendo ao período de detenção já sofrido e na apreensão em favor do Estado do automóvel de que era proprietário...



Um aspecto da mesa da presidência, na sessão de solidariedade aos escritores portugueses, realizada na livraria PAESI NUOVI, em Roma. Atrás do orador, padre Umberto Vivarelli vê-se o escritor Arrigo Repetto e Giancarlo Vigorelli, secretário geral da Comunidade Europeia de Escritores.

Onda de protestos...

(Continuação da pág. 5)
12 com um grande cartaz rodeado de obras dos escritores detidos.

Em Italia

ROMA, (Do correspondente) — A opinião pública e a imprensa italiana reagiram com emoção e firmeza à onda de terror policial de senecada pelo fascismo salazarista contra os escritores portugueses. Dezenas de protestos de entidades culturais e estudantis foram enviados ao “presidente” Americo Tomaz, pedindo a libertação imediata dos detidos. De outro lado, o noticiário sobre as prisões ocupou durante dias consecutivos largo espaço em muitos dos principais jornais.

Por iniciativa da Livraria Paesi Nuovi e da revista Europe Letteraria, realizou-se na sede da primeira, no dia 12 de novembro um encontro de solidariedade aos escritores presos, que então eram apenas Alves Redol, Alexandre Cabral e Alberto Ferreira. No decurso do ato, à que esteve presente o grande poeta espanhol Rafael Alberti, usaram da palavra entre outros os escritores Arrigo Repetto e Giancarlo Vigorelli, tendo o último salientado a necessidade de se desencadear uma ação internacional conjunta dos escritores de todo o mundo contra um regime que, dizendo-se católico, persegue os intelectuais por delito de opinião punindo-os com o cárcere e a tortura. Só essa ação empreendida através de Umberto Vivarelli, Giustino Fortunato, Paula de Martino, Giuliano Pajetta, Elena Clementelli.

Associando-se às manifestações de protesto contra as perseguições

a escritores, o jornal “Avanti” dedicou uma página da sua edição de 13 de novembro ao problema da repressão em Portugal e Espanha, tendo por 45 intelectuais presentes, entre os quais, além dos já citados, Luisa Astaldi, Giacomo Debenetti, Augusto Grassinetti, Mario Rossi, Lino Curci, Libero Bigiaretti, Massimo Grillandi, Elio Pagarani, Fortunato Pasqualini. Pa resultados práticos, pois os protestos comuns eram ineficazes em face do fascismo português. Foi, depois lida uma mensagem do poeta católico brasileiro Murilo Men-

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diarriamente das
20 às 20,30
e das
22,15 às 22,45 (hora de Portugal)
na banda de 32 metros
e das
0,30 às 0,50
nas bandas de 36, 40
e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

des, texto que serviu de base para a elaboração de um protesto assinado por UNESCO ou de organizações políticas — disse — poderia conduzir

Natal do preso político

A campanha do Natal do Preso Político alcançou este ano, como já salientamos, uma repercussão particularmente ampla, fato a que não foi estranha a emoção da opinião pública brasileira diante das prisões de intelectuais realizadas nas últimas semanas de 1963. Apresentamos abaixo a lista dos últimos donativos recebidos:

	Cr\$
Transporte	204.636,40
Jose Alexandre	2.000,00
Maria America Domingues	2.500,00
Joaquim Quitério	2.500,00
Aureo dos Santos	2.300,00
Abilio A. R. Silva	1.000,00
Fernando S. Ramos	1.000,00
Leopoldina Moreira	500,00
Paulo Fernando	300,00
Carlos Fernando	200,00
Manuel R. da Silva	1.000,00
V. Costa	500,00
Miguel Urbano Rodrigues	2.000,00
Alfredo Masson	1.000,00
Mario Marques de Oliveira	1.000,00
Manuel F. Moura	1.000,00
Manuel Kocqueta	2.000,00
Augusto Aragao	3.000,00
A transportar	228.436,90

UNIAO DAS MULHERES PORTUGUESAS

Por outro lado, à margem da subscrição tradicional realizada pelo nosso jornal, a Uniao das Mulheres Portuguesas promoveu este ano campanha própria numa iniciativa que encontrou a maior acolhida. Grupos de senhoras democratas realizaram já numerosas visitas a personalidades brasileiras e portuguesas angariando até agora os seguintes donativos:

	Cr\$
João Sarmento Pimentel	10.000,00
Armando de Azevedo	10.000,00
Francisco Sarmento Pimentel	5.000,00
Familia Cruz	3.000,00

A transportar 28.000,00
Além das visitas, a Uniao das Mulheres Portuguesas do Brasil tomou a iniciativa de realizar uma rita de uma boneca com traje regional português.

JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DA VENEZUELA

O memorial remetido em 25 de novembro pelos Democratas Portugueses da América à XVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, documento em que se fixava posição sobre o problema da autodeterminação dos povos coloniais e se pedia ao conclave para dar aplicação compulsória à Resolução do Conselho de Segurança de 31 de julho, foi também assinado pela Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela. Em seu nome, subcreveram o documento os srs. Francisco Manarte, João Lopes e Antonio Gomes da Silva.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Os sindicatos da Checoslováquia contra a repressão em Portugal

Refletindo o ascenso em todo o mundo do movimento de repulsa pela repressão fascista em Portugal, o Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos com data de 5 de dezembro enviou um importante documento à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, chamando a sua atenção para a situação criada pelo terror policial salazarista e convidando a mesma a tomar as providências cabíveis. Essa mensagem, assinada por Niroslav Pastyrík, vice-presidente da entidade, é do seguinte teor:

"Profundamente indignado com o novo agravamento da repressão política em Portugal, ora verificado, o Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos assinala-vos esse fato por se tratar de uma violação flagrante da Carta da ONU e nomeadamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A situação dos prisioneiros políticos em Portugal enche de indignação todas as pessoas honestas. As penas mais arbitrarias são aplicadas aos prisioneiros que sofrem toda a espécie de torturas. Milhares de prisioneiros políticos condenados por longos anos aos cárceres vivem em condições insuportáveis nas masmorras de Caxias, Peniche, PIDE do Porto, Paços de Ferreira e em campos de concentração como o Tarrafal.

Os combatentes portugueses pela democracia, muitos dos quais passaram mais de 20 anos na prisão, são mantidos nessas enxovias por força das chamadas "medidas de segurança" mesmo após cumpridas as penas impostas pelos tribunais fascistas. Um exemplo característico da arbitrariedade dos organismos policiais portugueses é o caso do operário metalúrgico e representante sindical Manuel Rodrigues da Silva, o qual foi mantido durante 8 anos, depois de 1936, sem processo no pior campo de concentração: o Tarrafal. Em 1950 foi novamente preso e condenado a 8 anos de prisão. Entretanto, após cumprir a pena, não foi libertado e sim, por força das "medidas de segurança" conservado preso. Devido ao seu prolongado encarceramento foi atacado de apoplexia cerebral e tem metade do corpo paralisada, estando a sua vida ameaçada uma vez que na prisão não recebe praticamente assistência médica. Urge tomar providências para a sua salvação e bem assim a de todos os prisioneiros políticos portugueses.

Em nome dos seus 5 milhões de aliados, o Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos exprime o seu irrestrito apoio à luta dos trabalhadores portugueses e condena energeticamente a violação dos direitos humanos elementares e das liberdades democráticas em Portugal. O Conselho Central dos Sindicatos Checoslovacos pede à Comissão dos Direitos do Homem que se associe ao seu apelo e condene publicamente a repressão política em Portugal. E convida ainda a empreender ações eficazes com vista a:

- fazer cessar essa situação anti-jurídica dos prisioneiros políticos;
- obter a libertação imediata de Manuel Rodrigues da Silva e de todos os outros prisioneiros políticos;

Associação Académica de Coimbra

O resultado das recentes eleições realizadas na Associação Académica de Coimbra tem o significado de uma indistigável e humilhante derrota para o governo fascista de Salazar. A Associação, como os nossos leitores estarão recordados, tivera a sua vida normal interrompida após a destituição por decreto, da sua diretoria, na sequência das greves académicas de 1962. Permitindo agora a realização de eleições para escolha da nova direção julgava o Ministério da Educação Nacional ter força suficiente para impor a sua lista, constituída de elementos afeitos ao governo.

Entretanto, a vitória coube, por esmagadora maioria à lista da oposição.

— garantir a plena aplicação e o total respeito da Declaração Universal dos Direitos do Homem à população de Portugal.

Desejariamos ainda que este protesto fôsse incluído no relatório que a Comissão dos Direitos do Homem

Colonialismo e Anti-colonialismo

Angola

Com o reinício das chuvas, vem crescendo de intensidade desde Outubro a ofensiva desencadeada no Norte de Angola pelas forças do Exército de Libertação Nacional de Angola. As tropas nacionalistas, agora perfeitamente equipadas e treinadas, deixaram há muito de ser aquele amontoado de bandos, armados de catangas e canha-gulos, que eram facilmente dizimados pelo exército colonial português. As próprias autoridades salazaristas o reconhecem em seus comunicados e é significativo o fato de, pela primeira vez, o estado maior português ter publicado a lista completa dos militares mortos durante o único encontro, nas Mabubas, lista que inclui 33 nomes. De outro lado, o avião da Força Aérea que fôra dado como "caído por causas desconhecidas" no dia 8 de Novembro, foi, na realidade, abatido próximo de São Salvador. No dia seguinte, os nacionalistas abateram, na região de Quitexe um helicóptero, morrendo os seus três tripulantes.

Entre as principais ações militares ultimamente registradas contam-se as seguintes:

— Nos dias 2, 3 e 4 de Novembro, a localidade de Nogué, principal base de apoio do Exército na região Norte foi atacada pelos nacionalistas angolanos. O aeroporto e os aviões que nele encontravam foram seriamente danificados, tendo morrido durante o combate vários soldados portugueses. O bombardeamento, realizado com bazookas e morteiros, semeou o pânico entre a guarnição. Cinco soldados desertaram, refugiando-se no Congo, cuja fronteira dista cinco quilómetros do aerodromo.

— No dia 28 de Outubro, a aviação portuguesa bombardeou a região de Lucunga, durante três horas, matando numerosos civis.

— No dia 24 de Outubro, 21 soldados portugueses foram abatidos durante um encontro com os nacionalistas na região de Quicabo. Os angolanos apreenderam um considerável despojo, incluindo sete fuzis Fall, três pistolas metralhadoras 53 granadas, um posto emissor e um morteiro.

— No dia 21 de Outubro, durante o assalto a um quartel português, em Piri, 28 soldados perderam a vida.

— No dia 22 de Outubro travou-se violento combate na Serra de Candá. As perdas portuguesas segundo os nacionalistas, ascendem a 27 mortos.

Guiné

As últimas semanas foram também de intensa actividade militar na Guiné, acumulando-se as derrotas do colonialismo português.

apresentará à próxima sessão do Conselho Económico e Social da ONU. Propomos ainda que a Comissão dos Direitos do Homem informe os Estados membros da ONU das medidas que tomar nesse sentido e dos seus resultados".



A "AUTODETERMINAÇÃO" DE SALAZAR

"A má fé dos colonialistas portugueses em matéria de descolonização manifestou-se uma vez mais nas conversações realizadas entre os delegados africanos e portugueses nas Nações Unidas e conversações que ficaram grãdas.

No decorrer destas, Franco Nogueira, ministro português dos Negócios Estrangeiros — que chefieva a delegação portuguesa nessas tomadas de contacto — alargou-se em sofismas, dissimulando os factos, e contradizendo-se mais de uma vez.

Segundo as suas palavras (ou as do seu governo) "Portugal, tem-se oposto a uma certa concepção de autodeterminação premeditada e a sua política assenta na ideia de que existe mais de uma modalidade de autodeterminação, como há também diversas modalidades no que respeita a forma de administração de um Estado; segundo a opinião de Portugal, prossegue, a autodeterminação significa o acordo e o consentimento da população numa determinada estrutura política, num certo tipo de Estado e numa certa organização".

Ora, precisamente na medida em que o princípio de autodeterminação é apenas um, então o sentido natural da autodeterminação não significa "acordo e/ou consentimento" da população... mas a acção de se decidir (livremente) por determinado modo de vida.

Pensando bem, vê-se claramente que a continuação das conversações com os Portugueses é inútil de momento, uma vez que o princípio normal, lógico da autodeterminação se encontra totalmente desfigurado na absurda concepção portuguesa do termo: realização de eleições municipais, pré-fabricadas — sob a égide de um exército cuja missão é defender e eternizar o Império colonial de Portugal — a fim de colocar em seu lugar uma estrutura neocolonial chamada sociedade multirracial integrada em que as populações africanas jamais seriam representadas pela sua importância numérica e respectivos direitos, mas por homens pré-designados (homens de palha), dedicados ao colonialismo obrigando numa palavra as populações africa-

Militares mortos em Angola

Publicamos abaixo a lista de militares portugueses mortos durante os combates recentemente travados na região das Mabubas, a 60 quilómetros de Luanda: Manuel Ribeiro Palhoça, soldado; António Teixeira Bernardo, segundo sargento; António Abelho, soldado; Joaquim Manoel Pinto soldado; Agostinho de Magalhães, primeiro cabo; Armando Bastos Mendes, alferes; José Isidro Marques, soldado; Carlos de Moura Borges, primeiro cabo; Fernando dos Santos Borges, capitão; João Claudio Fernandes, soldado; José Camacho soldado; Diamantino Pereira, primeiro sargento; José Carlos Cunha, soldado; Manuel Fernandes Carvalho, soldado; Carlos Eduardo Afonso de Azevedo, tenente; José Casaleiro, soldado; Alfelino Rodrigues, soldado; Raul Severino, sargento; Eduardo Casal, soldado; Casimiro Neto, soldado; António Moreira Pinto, soldado; Rui Cabela, primeiro sargento; Adriano Martins Fernandes, soldado; António Marques, Faria, tenente; Fernando Marques Pinto, primeiro cabo; Alberto Almeida Fernandes, soldado; João Nunes Redondo, sargento; Serafim Francisco Ribeiro, soldado; João Freitas Esteves soldado; Virgílio Pereira, soldado; Alberto dos Santos Monteiro, soldado; José Francisco Magrinho, 1.º cabo; Alexandre Couto, soldado.

"A VOZ DA LIBERDADE"

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:
20,15 — Hora do Brasil
0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros
Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

nas a optar por um regime de opressão e servilismo (...)

Nestas condições, não podemos, embora discordando, deixar de aceitar o prolongamento da guerra tal como no-la impõe Salazar, pois jamais admitimos que a autodeterminação pela qual dezenas de milhares de inocentes angolanos são quotidianamente exterminados seja despojada do seu sentido original e que o direito do nosso povo à independência venha, por pouco que seja, a ser alienado.

De resto, continuamos, como no passado, dispostos a estabelecer a todo o momento negociações sérias sobre o futuro de Angola com Portugal desde que este admita sinceramente que a base deste diálogo seja o seu reconhecimento do direito do nosso povo à autodeterminação e à independência reais.

Nenhuma outra fórmula poderá interessar o nosso povo e nenhuma outra forma de consulta popular poderá ser válida antes da retirada do exército colonialista do território angolano e sem discussão prévia com o Governo Revolucionário de Angola no exílio sobre a fixação das modalidades dessas eventuais eleições.

(De "Angola Informations", Argel, Novembro).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
Rio de Janeiro: Rua General Pedra, 215 — Telefone: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 898 - 1.º

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte Edifício Centro Comercial, Atpo., 141

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Av. Visconde de Caupe, 2.853 — Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Felo — R. Dr. Flores, 96 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 Pelotas — Rio G. do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay — Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrada — Jindriská, 15 — Schranká 646 — Praha

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Caixa Postal 4.469 Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 19 horas

Numero avulso .. Cr\$ 30,00
Assinatura anual .. Cr\$1.000,00
Ass. p/ o Exterior US\$ 10,00

Ano VIII - N.º 79 - Janeiro-64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

de aos Rom. go Re. ropéia

e para o ass. les po. nduzir

O

Preso como subssão a que da opte das lizadas 3. ta dos

Cr\$ 1.636,40 1.000,00

1.500,00 1.500,00 1.500,00 1.000,00 1.000,00 500,00 300,00 200,00 1.000,00 500,00

1.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00 936,90

tem da auzada o das omoveu numa meior ras de nerosas rastier- ao até s: Cr\$ 1.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00

UELA 25 de Portu- Sessão Nações e se fiema da s colo- re para Reso- ança de ssinado ruguesa e, subs- os srs. opes e

O GENERAL DELGADO DEIXOU O BRASIL

Após mais de quatro anos de permanência no Brasil o general Humberto Delgado partiu no passado dia 18 de Dezembro para a Europa, renunciando ao asilo político que lhe fora concedido pelo governo brasileiro. Cabe recordar que o ex-candidato à Oposição à Presidência nas "eleições" de 1958 se ausentou três vezes deste país durante esse período: a primeira para atender um convite dos democratas portugueses da Venezuela, e, correspondendo também a um convite, se deslocar a Inglaterra onde esclareceu a opinião pública britânica sobre aspectos do fascismo português; a segunda para entrar em Portugal — numa audaciosa iniciativa que alcançou a maior repercussão — por ocasião do assalto ao quartel de Beja; a última para participar em Praga de uma conferência política com o Secretário Geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal.

Nas vésperas da sua partida, o general concedeu uma entrevista coletiva aos jornais, no Rio de Janeiro, esclarecendo que deixava o Brasil por estar "muito longe do objetivo final". Declarando que renunciava voluntariamente ao exílio, o general agradeceu a compreensão, o carinho e a hospitalidade que sempre encontrou junto do povo brasileiro e informou que seguia para Argel, via Roma, dando início a novo ciclo de atividades em que depositava as maiores esperanças.

TELEGRAMA AO PRESIDENTE GOULART

Antes de partir, o general enviou ao presidente João Goulart o seguinte telegrama: "Ao deixar no próximo dia 18 o Brasil, País muito afastado do meu objetivo final, venho reiterar, no símbolo que V. Excia. representa como chefe de Estado, os meus agradecimentos à hospitalidade do povo brasileiro. Tão larga esta foi que faz esquecer pormenores de acção desumana de algumas autoridades por nitida influência do governo português, da PIDE e da patrística mas tradicionalmente conservadora colónia, influência denunciada na imprensa brasileira. Respeitosas saudações. Pró-Pátria, Pró-Liberdade".

A DESPEDIDA DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Antes de embarcar, o general Humberto Delgado foi alvo de várias homenagens tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Nesta cidade, onde se deslocou no dia 5 de Dezembro para se despedir dos democratas portugueses, estes homenagearam-no com um jantar que se realizou numa churrascaria popular e constituiu uma jornada de confraternização democrática. Estiveram presentes representantes de todos os organismos da oposição emigrada em funcionamento no Brasil, amigos pessoais do general, muitas senhoras e estudantes.

Aos brindes, em nome dos jovens presentes, usou em primeiro lugar da palavra a dra. Maria Manuela Gouveia Antunes que dirigiu ao homenageado a seguinte saudação:

Senhor general Humberto Delgado.

Em nome da juventude universitária portuguesa, saúdo nesta hora em V. Exa o homem das jornadas heróicas de 58 em Portugal. Como então continuamos a ver em V. Exa o Patriota capaz de nos levar a construir um Portugal livre e democrático. A V. Exa, os nossos agradecimentos e os nossos mais veementes desejos de vitória que será afinal também a nossa".

PALAVRAS DE MANUEL SERTÓRIO

Falou a seguir, de improviso, como os demais oradores, o nosso companheiro Manuel Sertório. Saudou no general Humberto Delgado não só o candidato vitorioso da Oposição unida, nas eleições de 1958, como o dirigente n.º 1 das forças oposicionistas em que depois se transformou, visto ter passado a dedicar-se exclusivamente à tarefa do derrubamento do salazarismo, o que, infelizmente, não é muito frequente entre nós.

O General Humberto Delgado encontra-se hoje — disse — no ponto de convergência das várias correntes activistas da Oposição.

O problema da unidade, vê-o o general Humberto Delgado como a necessidade de uma cooperação pa-

ra acções concretas e não com o carácter formal de se aguardar o completo acordo de todo o cão e gato para que a primeira dessas acções possa ser levada à prática.

O general Humberto Delgado é, por outro lado, um homem prático e conhece perfeitamente a importância da organização. Mas o general não acredita em que a organização opere milagres quando, ao organizarem-se, as pessoas não sabem para que tipo de acções concretas o estão a fazer.

O problema do anti-colonialismo activo, encara-o o general Humberto Delgado da mesma forma que as correntes progressistas da Oposição: sem sentimentalismos nem recelos de falar claro, sem a ideia de que basta reconhecer o direito de autodeterminação dos povos das colónias para o mesmo se efectivar sabe-se lá quando; ao contrário, o general Humberto Delgado vê, como nós, nos nacionalistas africanos, verdadeiros irmãos de luta dos oposicionistas portugueses.

Finalmente, sabe o general Humberto Delgado, como nós, que só em Portugal os nossos companheiros derrubarão o fascismo salazarista; mas não se sente inibido de contribuir com todos os seus esforços para que, do exterior, se impulsione ao máximo a luta no interior do país.

A próxima saída do Brasil do general Humberto Delgado e a sua fixação bem mais perto de Portugal tem, precisamente, esse objectivo. Esperemos todos que os primeiros resultados não tardem. Assim, por exemplo, a rádio da Oposição, que entra em Portugal sem pagar franquia do correio nem sujeição à PIDE ou à Censura, tem de rapidamente tornar-se uma rádio ao serviço da insurreição e não uma simples edição falada dos nossos jornais e boletins do exílio.

O general Humberto Delgado não é um dimiurgo nem nunca prometeu milagres. Mas prometeu, isso sim, dedicar toda a sua vida ao derrubamento do fascismo português. E o seu papel, nesta tarefa, não admite contestação nem termos de comparação. Os amigos pessoais devem ficar contentes que assim seja; os seus inimigos pessoais podem ficar muito tristes; mas os políticos realistas devem, antes de mais, tomar este facto na devida consideração.

Históricamente condenado, está o salazarismo desde o dia seguinte àquele em que surgiu. Mas passaram 37 anos e nós queremos o derrubamento do salazarismo não para daqui a outros 37 anos mas para já, para um futuro bem próximo de nós.

A hora é de prudência, como todas as que a precederam; mas é também de audácia. Aproximam-se momentos de sacrifício e oxalá estejamos todos à altura do povo português como este está à altura dos maiores sacrifícios que cada um de nós seja capaz de fazer por ele.

FALA AUGUSTO ARAGÃO

Seguiu-se no uso da palavra o nosso companheiro Augusto Aragão. Aludindo à significação do ato que ali reunia tantos democratas, principiou por salientar que não era por acaso que o general Humberto Delgado se encontrava num restaurante popular do popular bairro da Moóca, quatro anos depois de ter sido recebido em São Paulo com um banquete no mais luxuoso restaurante da Avenida Paulista. O ambiente era outro e outras, na sua maior parte, as pessoas presentes. Não havia, porém, que lamentar o que se exprimia nesse fato. Nele via sobretudo o símbolo da evolução operada ao longo dos últimos anos no mapa oposicionista português em face da figura do general Humberto Delgado. Com o rodar do tempo, e à medida que o general mais se identificava com as aspirações mais fundas do povo português, assumindo posições de intransigente defesa da unidade e de combate à guerra colonial, determinados setores da burguesia que o haviam apoiado em 1958 dele se tinham afastado. Em contrapartida, as patrióticas posições tomadas pelo general refletiram-se no calor e na simpatia com que as massas acompanhavam o seu combate pela libertação de Portugal. A classe operária portuguesa não esquecera o papel desempenhado pelo candidato à Presidência em 58 e, tanto no interior como na emigração, sentia-se solidária com a acção política do general no quadro da luta unitária travada pela derrubada do fascismo.

Abordando a seguir, de modo ge-

nérico, o problema da unidade, Augusto Aragão salientou que, a existência de uma variada gama de tendências e posições doutrinaárias no seio da oposição não constituía obstáculo insuperável ao fortalecimento da unidade, como o demonstrava o fato de a unidade de acção em torno de certas tarefas concretas e fundamentais ser cada vez mais uma realidade. Remontando às origens da atual situação, fez um breve histórico da fase final da campanha de 58 quando a unidade se realizou nas ruas em torno da candidatura do general Delgado.

A classe operária portuguesa — acentuou — era de longe o segmento mais sacrificado da população do País. Mas a brutalidade da repressão jamais conseguiria levar de vencida o heróico dos seus membros. Podiam os presidentes da PIDE encher-se a transbordar de trabalhadores que as vagas abertas nas fileiras dos combatentes da liberdade seriam sempre preenchidas. E melhor do que ninguém, afirmou a concluir, o general Humberto Delgado sabia o que valia o apoio firme e corajoso dos heróicos operários de Portugal. Com eles podia contar no processo revolucionário.

OUTROS ORADORES

Usaram, a seguir da palavra, os srs. dr. Manuel Augusto Garcia, e cineasta espanhol Orellana e o representante do Governo, da República Espanhola no Exílio, Lorenzo Serrano. O dr. Manuel Garcia, recém-chegado de Portugal, corroborou as palavras de Augusto Aragão, salientando que a combatividade da classe operária portuguesa e a forma tenaz e lucida como ela se entregava as suas tarefas específicas no quadro da luta anti-fascista constituía só por si uma certeza anteculpada de vitória.

O DISCURSO DO GENERAL

Respondendo aos oradores que o haviam precedido, o general Humberto Delgado principiou por saudar os srs. Lorenzo Serrano, Augusto Aragão, Manuel Sertório e C. Pinto que o ladeavam na mesa da presidência. Dirigindo-se ao primeiro, lembrou a "cooperação que o comandante Don Lorenzo Serrano e o governo que representa" lhe haviam prestado na ocasião da sua viagem para Marrocos, antes de entrar em Portugal para a revolta de Beja. Agradeceu depois as palavras de Augusto Aragão, salientando o seu dinamismo e recordando o auxílio recebido das forças populares quando da sua ida a Beja e da subsequente passagem pelo Porto. Em Manuel Sertório saudou o seu assessor principal para relações exteriores e, aludindo ao fato de aquele nosso companheiro o haver já representado nos seus impedimentos, disse "ser ele, sem favor, uma das capacidades mais actuais "de uma geração que tem um papel decisivo a desempenhar na construção do futuro — "a que mal era nascida em 1926 e, portanto, nada tem com a I República ou com o advento da ditadura". Cumprimentou ainda cordialmente o velho republicano C. Pinto pela sua permanente e laboriosa atuação, agradecendo, por último, a Maria Manuela Gouveia Antunes as palavras de fé com que a jovem universitária o havia saudado.

Passando a um breve balanço do trabalho realizado nos últimos anos, afirmou que em cada um deles "a oposição tem cravado um marco na terra e um espinho no ditador". Lembrou as visitas que realizara, em missão, à Venezuela, Inglaterra e Holanda, em 1959; o seu reconhecimento, em 1960, do princípio do direito dos povos coloniais à autodeterminação; a sua entrada em Portugal, em 1961; a Conferência de dirigentes da Oposição, algures na Europa, em dezembro de 1962 em que fora representado pelo dr. Manuel Sertório, por não ter podido obter passaporte a tempo; as greves operárias e estudantis do mesmo ano e a manifestação das mulheres no Porto; e, por último, o encontro que mantivera em Praga com o Secretário Geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal. Deslocava-se, agora, para Argel, isto é "para junto da fornalha". Abordando, a seguir, o problema das suas opções ideológicas, que tanto parecia preocupar certos setores democráticos, esclareceu que era questão de pouco interesse pois liderava "uma oposição que abrange tudo, desde os monárquicos da du-

queza de Bragança até aos comunistas, passando pelos republicanos conservadores, radicais e socialistas", recordando, a propósito, que estes últimos lhe tinham prestado também importante cooperação na altura dos acontecimentos de Beja. Entretanto, uma vez que o assunto era motivo de tanta discussão, não fazia segredo. E acrescentou, sorrindo: "Como estou no Brasil usei da linguagem futebolística local: Sou, como o Pelé, meia ponta esquerda".

E concluiu, exprimindo-se com veemência e entusiasmo, por uma verdadeira profissão de fé, manifestando a esperança — desde que a indispensável ajuda não falte nas horas decisivas — de que o próximo verão o encontraria já em Lisboa, onde entraria "vitorioso chefiando as forças revolucionárias e a insurreição nacional".

Aplaudido com entusiasmo pelos democratas presentes, o general fez questão, antes de se retirar, de se despedir de cada um deles.

Ultima Hora Libertados Alves Redol, Alberto Ferreira e Urbano T. Rodrigues

LISBOA, (Do Correspondente) — A ampla e comovente mobilização da opinião pública mundial em favor dos intelectuais portugueses vítimas da campanha de terror policial desencadeada pela PIDE produziu já os seus primeiros resultados, forçando Salazar a libertar três dos escritores presos, precisamente aqueles cuja detenção suscitara maior onda de protestos em Itália, na França e no Brasil: Alves Redol, Alberto Ferreira e Urbano Tavares Rodrigues. O primeiro e segundo saíram em liberdade ainda na primeira quinzena de Dezembro: o terceiro no dia 24.

Não obstante essa derrota, a PIDE continua a desenvolver a chamada "Operação Intelectual", encarniçando-se agora particularmente contra a classe cinematográfica, certamente despeitada por não haver conseguido reter Manuel de Oliveira nos seus cárceres durante mais de uma semana, tal a unanimidade e a firmeza da reacção dos meios de cinema de todo o



URBANO TAVARES RODRIGUES

mundo à prisão do famoso diretor. Os últimos prêso cujos nomes foram divulgados são os cineastas Fonseca Costa e Espírito Santo. A detenção do primeiro foi largamente comentada pela imprensa francesa e italiana, pois é muito conheci-

SOLIDARIEDADE DOS PORTUGUESES DO RECIFE

Por motivo da partida do general os democratas portugueses do Recife enviaram-lhe o seguinte telegrama:

"General Humberto Delgado: No momento em que se ausenta do Brasil, democratas portugueses de Recife saudam calorosamente V. Excia., na certeza de que, onde quer que esteja, estará conosco, lutando pelas liberdades democráticas da nossa Pátria e correspondendo plenamente às responsabilidades de liderança em que foi investido pelo povo português. Viva a República!".

Assinavam o telegrama os profs. Ruy Luiz Gomes e José Morgado e os srs. António Brotas, Manuel Fernandes, J. Martins, Irene Fernandes, H. Teixeira e Q. Ferreira.

do nos círculos do cinema europeu por haver trabalhado como assistente de Antonioni em "O Eclipse". Antonioni,



ALVES REDOL protestando contra a prepotência fascista, escreveu um artigo no jornal "Paese Sera", denunciando a política de repressão do fascismo salazarista e solidarizando-se com o seu antigo colaborador.

Uma carta do «Labour Party»

Em resposta a uma carta da Unidade Democrática Portuguesa, agradecendo a atitude assumida pelo Partido Trabalhista Britânico no caso suscitado pela recusa de visto ao general Humberto Delgado pelo governo britânico, o secretário do Departamento Ultramarino do Labour, sr. David Ennals, informou a Comissão Executiva da UDP de que o assunto seria brevemente levantado de novo na Câmara dos Comuns.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Funchal, 191, C.P. 4468 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes